

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2021/2022



**OS MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA DA OTAN E DA UE:
SINERGIAS PARA UMA MELHOR COOPERAÇÃO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso
MAJOR, INFANTARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**OS MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA DA OTAN E DA
UE: SINERGIAS PARA UMA MELHOR COOPERAÇÃO**

MAJOR, INFANTARIA Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2021/2022

Pedrouços 2022



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**OS MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA DA OTAN E DA
UE: SINERGIAS PARA UMA MELHOR COOPERAÇÃO**

MAJOR, INFANTARIA Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2021/2022

Orientador: MAJOR, CAVALARIA Antero de Aguiar Marques Teixeira

Pedrouços 2022



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Os Mecanismos de Resposta Rápida da OTAN e da UE: Sinergias para uma melhor cooperação**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2021/2022** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **04 de maio de 2022**

Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso



Agradecimentos

À minha esposa Sofia e ao meu filho Bernardo, que contribuíram mais do que eu para este desafio, suportando toda a minha ausência de forma inestimável, sempre com ânimo e incentivo, para me poder concentrar neste e noutros trabalhos. Nada disto seria possível sem o vosso apoio e amor. Obrigado por nutrirem o meu coração. Amo-vos muito.

Ao Major Antero Teixeira, o meu orientador, pelo acompanhamento permanente, pelo apoio, orientação e disponibilidade para me retirar muitas vezes de becos sem saída e de caminhos tenebrosos. À sua paciência, camaradagem e amizade, devo a conclusão deste trabalho.

Aos Oficiais entrevistados no âmbito deste trabalho, que foram verdadeiros produtores de informação valiosa, pela disponibilidade e interesse demonstrados. Desta forma, manifesto o meu sincero agradecimento às seguintes entidades: Major-General Hermínio Teodoro Maio, Coronel José Carlos Pinto Mimoso, Tenente-Coronel Vítor Manuel Ferreira Lopes, Tenente-Coronel Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso, Tenente-Coronel João Ricardo de Sousa Barbosa e Dias da Costa e Tenente-Coronel Américo Filipe da Costa Pereira.

Still, within the scope of the interviews, I would also like to give special thanks to Colonel Lars Schumann, Lieutenant Colonel Mikael Nordenson, Lieutenant Colonel Stéphane Ferran and Sven Biscop for the technical knowledge, frank enthusiasm, and rapture with which I was welcomed with the experiences in this field of knowledge.

A todos os Docentes e Discentes do Curso de Estado-Maior Conjunto 2021/2022 pela sua camaradagem e enriquecimento intelectual que me proporcionaram, talqualmente como pela indelével marca que representam no meu percurso.

À minha família pelo incondicional apoio que se traduz em motivação adicional. E por último ao meu Pai, quis o destino que infelizmente não conseguisse ver o final desta etapa. Espero continuar a ser um motivo de orgulho, estejas onde estiveres. Descansa em Paz.

A todos, o meu sentido Obrigado.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento teórico e conceptual.....	4
2.1. Estado da arte.....	4
2.1.1. Modelo de Sinergias.....	4
2.1.2. Estratégia.....	7
2.1.3. Mecanismo de Resposta Rápida Militar.....	7
2.2. Modelo de Análise.....	9
3. Metodologia e método.....	10
3.1. Metodologia.....	10
3.2. Método.....	11
3.2.1. Participantes e procedimento.....	11
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados.....	11
3.2.3. Técnicas de tratamento de dados.....	11
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados.....	12
4.1. Mecanismos de Resposta Militar da OTAN.....	12
4.2.1. Geração de Forças dos mecanismos de resposta militar da OTAN.....	14
4.2.2. Desafios e limitações.....	14
4.2.3. Síntese conclusiva e a resposta à QD1.....	15
4.2. Mecanismos de Resposta Militar da UE.....	16
4.2.1. Geração de Forças dos mecanismos de resposta militar da UE.....	18
4.2.2. Desafios e limitações.....	19
4.2.3. Síntese conclusiva e a resposta à QD2.....	20
4.3. Modelo de Sinergias dos Mecanismos de Resposta Militar da OTAN e da UE, e resposta à QC.....	21
5. Conclusões.....	25
Referências bibliográficas.....	30



Índice de Apêndices

Apêndice A —	Resumo da metodologia	Apd A-1
Apêndice B —	Identificação dos entrevistados	Apd B-1
Apêndice C —	Guião de entrevista semiestruturada	Apd C-1
Apêndice D —	Sinopse das entrevistas	Apd D-1

Índice de Figuras

Figura 1 -	Tipologia de forças - eNRF	12
Figura 2 -	Conceito de NRI	13
Figura 3 -	Processo de Geração de Forças da UE	18
Figura 4 -	Abordagem do Enquadramento Lógico de Sinergias de MRRM OTAN-UE	21
Figura 5 -	Sistema Integrado de Formação e Treino OTAN-UE	23
Figura 6 -	Modelo de Sinergias OTAN-UE.....	24

Índice de Quadros

Quadro 1 –	Metodologia.....	Apd A-1
Quadro 2 -	Situação nominal dos entrevistados	Apd B-1
Quadro 3 -	Análise categorial das entrevistas	Apd D-1



Resumo

Dadas as atuais crises a nível mundial num ambiente cada vez mais difuso e complexo, as organizações internacionais da OTAN e da UE têm procurado criar sinergias, especialmente na atualização dos seus conceitos estratégicos de 2016. Por conseguinte, as duas organizações desenvolveram os seus mecanismos de resposta rápida militar (MRRM), através do desenvolvimento de capacidades, da modernização da força e de uma evolução organizacional.

É neste enquadramento que o objeto de estudo da presente investigação é o modelo de sinergias dos MRRM OTAN-UE e o objetivo geral consiste em propor contributos para a elaboração de um modelo de sinergias de MRRM para a OTAN e UE.

Para cumprir o proposto anteriormente é efetuado um estudo de caso, através de um raciocínio indutivo, numa perspetiva qualitativa.

Como principais resultados, é elaborada uma Abordagem ao Enquadramento Lógico de MRRM OTAN-UE, e a análise das suas dimensões permitiu a construção do modelo de sinergias, com seis dimensões, nomeadamente a Credenciação OTAN-UE, a revisão dos Acordos “Berlin Plus”, o Sistema Integrado de Formação e Treino dos MRRM OTAN-UE, a Estrutura de Comando e Controlo do tipo “Eurocorpo”, o alinhamento de Programas de apoio financeiro e a Vontade Política dos Estados-membros.

Palavras-chave:

Complementaridade; Interoperabilidade; Mecanismos de Resposta Rápida Militar; Modelo de Sinergias; Sinergias.



Abstract

Given the current global crises in an increasingly diffuse and complex environment, the international organizations of NATO and the EU have sought to create synergies, especially in updating their 2016 strategic concepts. Therefore, the two organizations have developed their military rapid response mechanisms (MRRM), through capability development, force modernization, and organizational evolution.

Within this framework, this research studies the NATO-EU MRRM synergy model and the main purpose is to propose contributions to the development of an MRRM synergy model for NATO and the EU.

To fulfil the objective above, a case study is carried out, through inductive reasoning, from a qualitative perspective.

As the main results, an Approach to the NATO-EU MRRM Logical Framework was designed, and the analysis of its dimensions allowed the construction of the synergy model, with six dimensions, namely NATO-EU Accreditation, the revision of the "Berlin Plus" Agreements, the NATO-EU MRRM Integrated Training and Education System, the "Eurocorps" type Command and Control Structure, the alignment of financial support Programs and the Political Will of the Member States.

Keywords:

Complementarity; Interoperability; Military Rapid Response Mechanisms; Synergies; Synergy Model.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

ACO *Allied Command for Operations*

B

BEstr *Bússola Estratégica*

BP *(Acordos) Berlin Plus/ Berlin Plus (Agreements)*

C

CDM *Capability Development Mechanism*

CJSOR *Combined Joint Statement of Requirements*

CROC *Crisis Response Operations Core*

CSDP *Common Security and Defence Policy*

D

DSACEUR *Deputy Supreme Allied Commander Europe*

E

EDF *European Defense Fund*

eFP *Enhanced Forward Presence*

eNRF *NRF "enhanced"*

EU *European Union*

EUBG *European Union Battlegroup*

EUFOR *European Force*

EUMS *European Union Military Staff*

EURDC *European Union Rapid Deployment Capacity*

F

FFG *Follow-on Forces Group*

FINABEL *European Army Interoperability Center*

FOC *Full Operation Capability*

I

IFFG *Initial Follow-on Forces Group*

IMS *International Military Staff*

M

MPCC *Military Planning and Conduct Capability*

MRRM *Mecanismos de Resposta Rápida Militar/ Military Rapid Response Mechanisms*



N

NATO *North Atlantic Treaty Organization*

NDPP *NATO Defence Planning Process*

NFIU *NATO Force Integration Units*

NRF *NATO Response Force*

NRI *NATO Readiness Initiative*

NTM *Notice to move*

O

OE *Objetivo Específico*

OI *Organizações Internacionais*

OG *Objetivo Geral*

ONU *Organização das Nações Unidas*

OTAN *Organização do Tratado do Atlântico Norte*

P

PESCO *Permanent Structured Cooperation*

PSOR *Provisional Status of Requirements*

Q

QC *Questão Central*

QD *Questão Derivada*

S

SFOR *Stabilization Force*

SHAPE *Supreme Headquarters Allied Powers Europe*

SOR *Statement of Requirements*

T

TCN *Troop-Contributing Nation*

TFP *Tailored Forward Presence*

TII *Trabalho de Investigação Individual*

TUE *Tratado da União Europeia*

V

VJTF *Very High Readiness Joint Task Force*

VICA *Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo*

U

UE *União Europeia*



1. Introdução

Dadas as constantes mudanças que ocorrem mundialmente, é essencial analisar a complexidade do ambiente estratégico para que os decisores consigam efetuar o seu planeamento estratégico. O conceito “Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo” (VICA) foi, durante muito tempo, utilizado para orientar as organizações em desenvolvimento tendo sido criado para enfatizar as incertezas num mundo em constante mudança, cada vez mais interligado e digital. Contudo, a pandemia COVID-19 criou um cenário que fez com que o conceito VICA se tornasse incompleto, de modo que foi apresentado um conceito atualizado, denominado de “frágil, ambíguo, não linear e incompreensível”, segundo o qual, nas situações em que as condições são imparáveis, estas são caóticas, sendo os resultados frágeis e completamente imprevisíveis, já não sendo simplesmente ambíguos, mas sim incompreensíveis (Cascio, 2020, p. 62).

A União Europeia (UE) enfrenta um ambiente estratégico em deterioração, que cada vez mais expõe e ameaça a sua população, território e interesses económicos, exponenciando o aumento das capacidades de atuação dos concorrentes estratégicos, abarcando novas áreas de confronto e cada vez mais em áreas críticas para a Europa (Latici & Lazarou, 2020, p. 4).

Por conseguinte, são implementados os objetivos estabelecidos da Estratégia da UE¹ e no Nível de Ambição de 2016², sendo que esta deve adaptar-se e reforçar a sua capacidade de gestão de crises para agir como um fornecedor de segurança credível, fiável, pró-ativo e reativo dentro da vizinhança mais vasta da UE e em todo o espectro operacional, em coordenação com parceiros, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), conforme apontam Latici e Lazarou (2020, p.4).

Em 13 de Dezembro de 2016, o Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e o Secretário-Geral da OTAN Jens Stoltenberg publicaram em conjunto um artigo, em que se comprometiam a conduzir a cooperação OTAN-EU em matéria de segurança e defesa para um novo patamar, referindo

¹ Dos onze objetivos, podemos destacar “[...] proporcionar um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, para prevenir e combater a criminalidade [...]” (Direção-Geral da Comunicação, 2021, p. 2).

² Com base na Estratégia Global de 2016 e no consequente plano de implementação de 2016, estabelece-se que o nível de ambição da UE se divide em dimensões política e militar, com capacidade de mobilizar rapidamente 50 000 a 60 000 pessoas para as tarefas mais exigentes no prazo de 60 dias e de as manter durante pelo menos um ano.” (Tribunal de Contas Europeu, 2019, p. 20).



que era importante complementar o *soft power* da UE com o *hard power* da OTAN (Raik & Järvenpää, 2017, p. 5) .

A invasão da Ucrânia pelas Federação Russa a 24 de fevereiro de 2022, provocou um volte-face no panorama das relações internacionais, levando a um sistema multipolar complexo e difuso e conduzindo a um incremento dos Estados-membros da UE e também a um reforço militar da OTAN (Reis, 2022, p. 2).

Para além de uma imediata assistência à Ucrânia e de sanções aplicadas à Rússia, a OTAN e a UE estão a rever os seus mecanismos militares, de forma a colaborarem de uma forma mais integrada e eficaz (Morcos & Monaghan, 2022). Estando a declaração conjunta entre OTAN e UE a ser revista, com relatórios que avaliam as complementaridades entre as duas instituições, e dado o recente conflito na Ucrânia, considera-se relevante estudar possíveis alinhamentos e complementaridades nos seus mecanismos de resposta rápida militar (MRRM).

Por conseguinte a premência deste TII assenta no objeto de estudo da presente investigação, encontrando-se consubstanciada no modelo de sinergias para validar a integração e complementaridade dos MRRM da OTAN e da UE, pois, segundo o então Ministro da Defesa de Portugal Dr. João Cravinho, existe a necessidade de que as parcerias entre estes atores sejam mais estratégicas, explorando sinergias e alinhando sistemas de resposta rápidos (Cravinho, 2021).

Com a diversidade e a quantidade de MRRM, as nações europeias enfrentam verdadeiros desafios aquando da geração, projeção e sustentação dos diversos mecanismos (H.T. Maio, entrevista por videoconferência, 14 de março de 2022). O que, conjugado com uma constante redução de recursos humanos face à quantidade de tarefas, releva a importância de se estabelecer um modelo de sinergias de MRRM da OTAN e da UE, para que no final do seu processo de planeamento de forças as nações europeias consigam exponenciar os seus requisitos operacionais e as suas capacidades, reduzindo o impacto financeiro na geração e projeção de MRRM.

Dado que até à data do fecho da investigação apenas o novo conceito estratégico da UE tinha sido concluído e divulgado, ambiciona-se apenas gerar conhecimento útil para se constituir um ponto de partida, e de forma humilde não almejar uma resolução para este complexo problema, de forma a serem relevados campos comuns de trabalho.

Neste sentido, foi definido o seguinte objetivo geral (OG) do presente estudo: “Propor contributos para a elaboração de um modelo de sinergias de MRRM para a OTAN e UE.”



De forma a conseguir cumprir o OG da investigação, foram definidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar a evolução dos MRRM da OTAN.

OE2: Analisar a evolução dos MRRM da UE.

Após a identificação dos OG e OE da presente investigação, concretizou-se a problemática de investigação através da formulação da Questão Central (QC) e das Questões Derivadas (QD).

A QC que concorre diretamente para o OG é: “Quais os contributos para um modelo de sinergias de MRRM entre a OTAN e a UE?”

A QC foi decomposta em duas QD, cada uma concorrendo diretamente para o OE correspondente e que servirão como elementos orientadores da investigação.

QD1: Quais as perspetivas futuras dos MRRM da OTAN?

QD2: Quais as perspetivas futuras dos MRRM da UE?



2. Enquadramento teórico e conceptual

No presente capítulo é apresentado o enquadramento teórico e conceptual, onde se ilustra o estado da arte e a revisão da literatura, espelhando as teorias e conceitos estruturantes, com particular ênfase para as sinergias entre a OTAN e a UE, o processo de geração de forças e os MRRM. O capítulo culmina com a apresentação do modelo de análise.

2.1. Estado da arte

A cooperação OTAN-UE é caracterizada por uma atividade dinâmica em diversos níveis, sendo que a 1ª Declaração Conjunta entre as duas organizações, assinada em setembro de 2016, poderia ajudar a transferir parte deste dinamismo também para o nível político e estratégico. Neste domínio, os progressos na implementação da Declaração Conjunta são cruciais e prometem progressos na cooperação OTAN-UE (Koehler, 2017, p. 7). Para isso, iremos iniciar o nosso percurso conceptual com algumas definições abrangentes.

2.1.1. Modelo de Sinergias

A palavra sinergia é definida por “[...] associação dinâmica de vários fatores ou de várias funções que contribuem para um determinado resultado ou efeito.” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001, p. 3422).

A nível militar, podemos definir como uma ação combinada ou cooperativa de dois ou mais agentes, grupos ou partes que, em conjunto, aumentam a eficácia um do outro para produzirem um resultado que não pode ser obtido de forma independente e obtendo palavras-chave cruciais como cooperação (vontade), coordenação de ações (trabalho) e objetivo (estado final) (Serronha, 2011, p. 131).

Para se construir um modelo de sinergias é necessário elaborar previamente uma matriz de enquadramento lógico, com a finalidade de construir um itinerário de pontos de alinhamento, de modo a fornecer indicações da coordenação, integração e do impacto real das sinergias (Norwegian Agency for Development Cooperation, 1999, p. 26). Assim entende-se por modelo de sinergias um processo que providencia uma sistematização de alinhamentos, que em conjunto aumentam a eficácia um do outro, garantindo uma complementaridade, interoperabilidade e uma redução de custos através de instrumentos de monitorização e avaliação (Zartsdahl, 2018, p. 5) .

Em 2018, o Presidente francês Emmanuel Macron lançou a Iniciativa Europeia de Intervenção, com o objetivo de aprofundar a cooperação militar entre os governos europeus que partilham uma visão estratégica. Em que através da partilha de informações, planeamento e exercícios conjuntos, os seus 13 participantes trabalharam para reforçar a sua



cooperação militar no sentido de oferecerem respostas rápidas, e com isso promover sinergias e interoperabilidade entre a OTAN e a UE, sobretudo no desenvolvimento de capacidades e cadeias de abastecimento (Maio, 2021, p. 29).

Adicionalmente em 2019, o Instituto Francês de Estudos Securitários refere que a fragmentação da cooperação europeia em matéria de segurança se aplica tanto à condução de operações militares como ao processo de desenvolvimento de capacidades, podendo exponenciar o sucesso tanto da OTAN como da UE, que procurarão formas de integrar iniciativas bilaterais e emergentes, bem como sinergias no seu desenvolvimento de capacidades e iniciativas operacionais (Brustlein, 2019, p. 46).

Em complemento, também em 2019, foi referido o salto conceptual da gestão de crises para capacidades de defesa de espectro total nos círculos da UE, abrindo oportunidades para a cooperação com a OTAN neste domínio, dada a importância renovada que as forças armadas europeias atribuem à dissuasão, na qual a OTAN se distingue e tem muito mais experiência do que a UE. Com isto também foi sublinhada a relevância do *NATO Defence Planning Process* (NDPP), como sendo "[...] um quadro para harmonizar as atividades de planeamento de defesa nacionais e da OTAN para permitir aos Aliados fornecerem forças e capacidades necessárias da forma mais eficaz." (Simón, 2019, p. 7).

O resultado final é que a cooperação entre as duas organizações só pode ter lugar através da complementaridade, evitando o mais possível a duplicação - o que não deve ser muito difícil, dado que o fluxo de atividade já produziu uma série de resultados, bem vinculados na dimensão da formação, que é provavelmente a ferramenta de desenvolvimento mais importante, e que está em vias de ser redesenhada reforçando diretamente a interoperabilidade com os nossos parceiros externos, especialmente com a OTAN e a ONU (Pauly et al., 2019, p. 23).

No entanto, como aponta Howorth (2018, p. 527), a realização prática da complementaridade que procura criar sinergias entre o desenvolvimento das capacidades da OTAN e os esforços de integração da defesa da UE tem sido muito mais lenta, sendo importante dar o primeiro passo para delinear claramente as responsabilidades da OTAN e da UE.

Em 2021 reforçou-se a ideia, por Tardy (2021, p. 5), que a exigência de uma força de reação rápida implicaria uma intervenção inicial robusta, antes que um conjunto diferente de atores assumisse o comando de atividades de estabilização a longo prazo. Essa força estaria interligada na cooperação OTAN-UE, fora dos cenários de defesa coletiva (nos quais a



OTAN estaria envolvida desde o início), e a sua sequência só poderia começar com uma coligação *ad hoc* que, a seu tempo, seria entregue a outros atores, incluindo a UE que podia assumir a liderança dos esforços de estabilização (como primeiro interveniente), ou com apoio da OTAN (como segundo respondente) (Tardy, 2021, p. 5).

Em 2022, após a invasão na Ucrânia pelas Forças Armadas da Federação Russa é importante que a UE articule uma estratégia eficiente, flexível e resistente, com um parceiro vital como a OTAN, em que as suas interações deverão ser centradas numa parceria estratégica, esperando que a 3ª Declaração (a ser assinada brevemente) aproxime os dois parceiros, impedindo a duplicação de resultados e criando sinergias, continuando com o seu nível de ambição no planeamento coordenado e na sua complementaridade (Giuglietti, 2022, p. 2).

Em complemento, tem-se verificado que tanto a OTAN como a UE estão bem preparadas para enfrentar os desafios e as complexidades das operações a nível local, regional e global, pois o seu sexto relatório de progressão comum demonstra uma oportunidade de promover uma maior coerência e cooperação, quando pertinente, no pleno respeito pela autonomia de decisão de ambas as organizações, em benefício dos seus membros e da segurança euro-atlântica, ficando bem vincada na implementação das 74 propostas em comum e sustentada por um mecanismo sistemático e informal (Council of the European Union, 2021, p. 1).

Os recentes desenvolvimentos no Afeganistão mostraram que tanto a OTAN como a UE necessitam de rever os seus conceitos estratégicos, incrementada também pelos acontecimentos da Crimeia em 2014, e que deveriam tomar medidas concretas para alcançar o objetivo de autonomia e colaboração (Cravinho, 2021).

Em março de 2022 foi aprovado o Conceito Estratégico de Segurança e Defesa da UE, com o nome de Bússola Estratégica (BEstr), sendo exploradas novas sinergias para a cooperação com a OTAN, tais como complementaridades entre a segurança interna e externa, entre a segurança e o desenvolvimento, bem como entre as dimensões civil e militar da nossa política comum de segurança e defesa, por forma a aplicar eficazmente a abordagem integrada da UE (Conselho da União Europeia, 2022, p. 12). Existem outros conceitos que estão em alteração, nomeadamente quanto ao aumento da interoperabilidade entre forças, arranjos de comando e controlo mais flexíveis para projeções conjuntas com a OTAN e uma melhor disponibilidade para se conduzirem operações conjuntas de evacuação de cidadãos da UE de áreas de conflito (Famà & Musiol, 2022).



2.1.2. Estratégia

Para se definir o processo de geração de forças é necessário efetuar um correto escoramento, sendo obrigatório que o seu percurso inicie com a aceção de estratégia. Concomitantemente para abordar conceptualmente a estratégia, teremos de citar Cabral Couto que seguindo a ideologia Clausewitziana, conjugada com Liddel Hart e Beaufre, considerava que devia ser percebida como:

[...] a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo. (Couto, 1988, p. 209)

É também útil perceber as divisões da estratégia, que, quanto às formas de coação pode ser hierarquizada enquanto estratégias totais, gerais e particulares e quanto à preparação e utilização das forças ela decompõe-se em estratégia genética, estrutural e operacional (Couto, 1988, p. 229). A Estratégia Genética e a Estrutural processam a geração e edificação de novos meios e a correspondente composição e organização; à Estratégia Operacional compete cuidar dos aspetos relacionados com o emprego dos meios, constituindo ambas a essência do processo de planeamento militar (Couto, 1988, p. 230).

Com este preâmbulo surge o conceito de Planeamento Estratégico³, permitindo garantir o alinhamento da execução estratégica com os objetivos superiores em que abrange o planeamento de forças, sendo que para isso teremos de efetuar um processo de geração de forças. Por sua vez, este é definido como um processo no âmbito do planeamento de operações, com a finalidade de prover uma determinada tipologia de forças, no momento e local adequados e com a devida sustentação, para o cumprimento de uma operação (NATO, 2013, 3–72).

2.1.3. Mecanismo de Resposta Rápida Militar

É considerado por ser geralmente entendido como forças militares que estão em prontidão, treinadas e certificadas para serem projetadas para uma crise, num curto espaço de tempo (Karlsrud & Reykers, 2019, p. 24). O ano de 1990, para a OTAN e UE conduziu a um ponto de viragem, alterando a abordagem ao ambiente estratégico e o consequente

³ Processo contínuo pelo qual se tomam, de forma coordenada, integrada e permanente, as decisões sucessivas e hierarquizadas entre as alternativas diversas, identificadas com o propósito de orientar, ordenar e racionalizar o conjunto de ações que visam edificar, estruturar e empregar os meios militares no espaço e no tempo (Ribeiro, 2011, p. 152).



aumento da sensibilização para novos tipos de conflito, levando a que tanto as organizações estratégicas como militares integrassem o processo de lições aprendidas das guerras balcânicas e das fontes da crise global, tornando a capacidade de resposta rápida como uma necessidade estratégica (Karlsrud & Reykers, 2019, p. 24).

O Conselho Europeu de Helsínquia de 1999, definiu princípios para a cooperação com membros europeus da OTAN não pertencentes à UE e outros parceiros europeus na gestão militar de crises liderada pela UE, sem prejuízo da sua autonomia de decisão, identificando os MRRM como um aspeto importante da gestão de crises, em que os Estados-membros tinham como objetivo serem capazes de providenciar Forças de Resposta Rápida com capacidade de projeção e prontidão em níveis elevados (European External Action Service, 2015, p. 16).

Em 2002 foram criados os Conceitos de Resposta Rápida para a UE e a OTAN. A UE desenvolveu-os, implementando em 2004 o conceito de *European Union Battlegroup* (EUBG), com lições aprendidas da Operação ARTEMIS⁴ de 2003, demonstrando com muito sucesso a capacidade da UE de operar com uma força bastante pequena a uma distância superior a 6.000 km de Bruxelas (Sousa, 2015, p. 509).

A OTAN criou em 2002, a *NATO Response Force* (NRF) como força multinacional e rapidamente projetável, composta pelas componentes terrestre, aérea, marítima e por forças de Operações Especiais, fornecendo uma capacidade de defesa coletiva e uma resposta militar rápida a uma crise emergente. Pode também realizar operações de apoio à paz, fornecer proteção a infraestruturas críticas e apoiar em caso de catástrofes (Ringsmose & Rynning, 2017b, p. 2).

Em março de 2003, após a declaração conjunta da OTAN-UE de 2002, foi estabelecido um quadro de cooperação permanente, designado de Acordos Berlin Plus (BP)⁵. Com estes, a UE passava a ter acesso aos sistemas de planeamento da OTAN aquando em operações, através do *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE); acedia a meios da

⁴ Esta operação decorreu na República Democrática do Congo e foi uma operação expedicionária, centrada na componente terrestre, tornando-se um modelo de referência para o desenvolvimento de um MRRM (European External Action Service, 2015).

⁵ Os acordos de BP permitem à UE, numa crise, complementar os seus próprios recursos militares (em grande parte provenientes de países membros da UE), recorrendo aos meios e capacidades coletivas da OTAN (Williams, 2018, p. 2).



OTAN com regras bem definidas e passava a ter o *Deputy Supreme Allied Commander Europe* (DSACEUR) como Comandante das Operações da UE (Sousa, 2015, p. 508).

Através destes acordos, decorreu em 2003 a Operação CONCORDIA na antiga República Jugoslava da Macedónia, sendo a primeira operação da UE conduzida com meios da OTAN. Similarmente deu-se em dezembro de 2004 a transição na Bósnia e Herzegovina da *Stabilization Force* (SFOR) da OTAN para a Operação ALTHEA da UE, onde a OTAN fornecia as comunicações, o planeamento e a estrutura de comando e apoiava a geração de forças, como definido no quadro dos Acordos BP (Sousa, 2015, p. 515).

2.2. Modelo de Análise

De forma a encontrar respostas para um possível modelo de sinergias de MRRM da OTAN e da UE, proporcionando às nações europeias um possível contributo de equilíbrio, foi elaborado um modelo de análise da investigação (vide Quadro 1 em Apêndice A) adaptado a partir do conceito da Abordagem do Enquadramento Lógico (Norwegian Agency for Development Cooperation, 1999), orientando a análise sistemática e lógica dos elementos-chave inter-relacionados com a identificação e avaliação de sinergias. O modelo de análise é, assim, constituído por três conceitos, duas dimensões e quatro indicadores, que são conceptualmente as suas componentes principais (Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019, pp. 166-167).



3. Metodologia e método

Descrevem-se, neste capítulo, a metodologia e o método que nortearam a condução da presente investigação.

3.1. Metodologia

O presente estudo encontra-se delimitado em três domínios segundo Santos *et al* (2019, p. 49): tempo, espaço e conteúdo. No domínio temporal, a investigação delimita-se desde o Conselho de Helsínquia de 1999, dado terem sido definidos princípios de cooperação entre OTAN e UE a 14 de abril de 2022, correspondendo ao final da recolha de dados científicos. Em termos espaciais, a investigação será circunscrita ao nível institucional da OTAN e da UE e não ao nível dos seus constituintes, uma vez que estas são as organizações que tutelam os MRRM. Concetualmente será delimitada ao estudo do planeamento da geração de forças, porque é a fase inicial para se poder analisar pontos de alinhamento de forma a se obter sinergias entre MRRM OTAN e UE.

Para atingir o OG, ontologicamente a metodologia realizar-se-á sob o prisma do construtivismo, que afirma que os fenómenos sociais e os seus significados estão de uma forma permanente e contínua a serem realizados pelos atores sociais, implicando que tanto estes como as suas categorias não são produzidos somente através da interação social, mas encontram-se num estado constante de revisão (Bryman, 2012, p. 34).

Na perspetiva epistemológica, a abordagem será interpretativa, competindo ao investigador verificar e compreender os significados subjetivos dos fenómenos sociais elencados anteriormente, procurando perceber como a realidade se adapta e é adaptada pelas ações dos atores sociais que nela intervêm, visando, mais que explicar ou identificar uma relação causa-efeito, compreender o processo específico do fenómeno estudado (Santos et al., 2019, p. 38).

O raciocínio a adotar será indutivo, partindo da observação de fatos particulares, tais como os MRRM da OTAN e da UE, para que através da observação de factos particulares e da sua complementaridade, se possam estabelecer generalizações e identificar contributos que possibilitem a elaboração de um modelo de sinergias da OTAN e da UE e assim permitam responder à QC e às QD (Santos et al., 2019, p. 38).

A estratégia de investigação a seguir será qualitativa, numa lógica de busca de padrões para uma correta orientação do modelo de sinergias, mas também indissociável da subjetividade com que os atores se relacionam com o fenómeno, incapaz de ser traduzido em análises numéricas (Santos et al., 2019, p. 45).



O desenho de pesquisa será o estudo de caso, uma vez que se pretende estudar os MRRM da OTAN e da UE, contribuindo para um modelo de sinergias de MRRM da OTAN e da UE, o que se enquadra no âmbito da estratégia de investigação qualitativa e apresenta uma natureza essencialmente empírica e descritiva (Santos et al., 2019, p. 27). Considerando que se pretende a recolha de dados num determinado instante de tempo, não estudando a evolução do fenómeno ao longo do tempo, irão ser utilizadas dimensões e variáveis pré-definidas, num horizonte temporal transversal (Santos et al., 2019, p. 53).

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Recolheram-se contributos para esta investigação de nove especialistas pertencentes ao *International Military Staff* (IMS) da OTAN e ao *European Union Military Staff* (EUMS) da UE, bem como representantes de várias instituições e *think tanks* da OTAN e UE. No Apêndice B apresenta-se a identificação dos entrevistados.

Ao nível do procedimento, foi necessário validar o guião da entrevista semiestruturada, com a realização de um pré-teste através dos entrevistados a nível exploratório. Após a integração do *feedback*, foi realizado um primeiro contacto (preferencialmente por correio eletrónico) aos potenciais entrevistados, tendo como finalidade efetuar todos os preparativos para a condução da entrevista, em que todos acordaram com a sua divulgação e gravação, para posterior transcrição. Foi ainda pedido que validassem as suas respostas citadas no trabalho.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Foram construídos dois guiões de entrevistas semiestruturadas, de acordo com a dimensão OTAN ou UE, tendo como finalidade interligar as perguntas de acordo com os indicadores construídos no modelo de análise.

3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

O conteúdo da entrevista foi submetido a uma análise categorial e integrado num dos apêndices do trabalho, podendo constituir fonte para citações ao longo do texto, conforme preconizado por Sarmiento (2013, pp. 30–46).

4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

4.1. Mecanismos de Resposta Militar da OTAN

Na Cimeira do País de Gales em setembro de 2014, muito em resultado da ocupação da Crimeia, os Países Aliados decidiram reforçar a NRF e criar uma força denominada de *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), para estar apta a ser destacada em poucos dias para dar resposta a quaisquer desafios que possam surgir. Atualizou-se assim o conceito de NRF, assumindo o prefixo de "*enhanced*" NRF (eNRF) e sendo introduzidos, para tal, dois novos mecanismos. Numa primeira fase, a força a ser projetada tem uma resposta de prontidão, com o nome de *notice to move* (NTM), de 48 horas com cerca de 7.000 militares, enquanto a anterior necessitava de um mês inteiro (30 dias) para ser projetada. O segundo mecanismo consiste em ter duas forças, uma em "*stand up*" e outra em "*stand down*"⁶ com o nome de *Initial Follow-on Forces Group* (IFFG) e o *Follow-on Forces Group* (FFG), com um total de 40.000 militares. Conforme a Figura 1, o IFFG fica com um tempo de prontidão de 30 a 45 dias com capacidade de realizar uma *Small Joint Operations* (SJO) e o FFG para reforçar as restantes forças com um tempo de prontidão de 10 a 60 dias. (Ringsmose & Rynning, 2017b, p. 6).

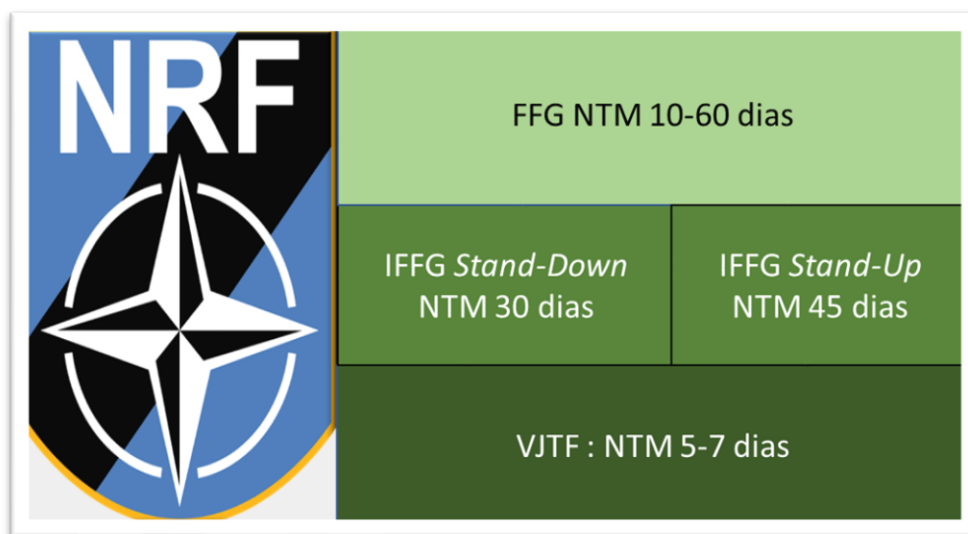


Figura 1 - Tipologia de forças - eNRF

Fonte: Adaptado de Ringsmose & Rynning (2017)

Em termos de tarefas a executar, com a revisão de 2014, os aliados da OTAN pela primeira vez ligaram explicitamente a NRF à defesa coletiva e ao art.º 5 do Tratado de Washington. Apesar de estarem a apresentar a VJTF como uma força tanto para o Leste como para as ameaças que emanam do Médio Oriente e do Norte de África, foram na

⁶ Respetivamente significando força em aprontamento e após ter sido constituída como VJTF.

realidade impulsionadas pela agressividade russa (Ringsmose & Rynning, 2017b, p. 6). Em contraste com as anteriores revisões a eNRF tem assim exercido repetidamente movimentações na Europa Oriental e no Báltico, através de pequenos módulos de comando e controlo – denominados de NATO *Force Integration Units* (NFIU) - concebidos para facilitar a receção da VJTF durante uma crise. Foram implementados na Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia. Os objetivos centrais da NRF foram assim modificados, destinando-se a facilitar a transformação para a mobilização e defesa territorial em vez de gestão de crises. (Ringsmose & Rynning, 2017, p. 7).

A 7 de junho de 2018, os Aliados acordaram a NATO *Readiness Initiative* (NRI), conforme demonstrado na figura 2, a ser composta até 2020, por 30 unidades de escalão batalhão, 30 esquadrões aéreos, 30 navios de combate naval e em prontidão para ser empregue no prazo de 30 dias, igualmente conhecido como 4x30. (S. Ferran, entrevista por e-mail, 04 de abril de 2022).



Figura 2 - Conceito de NRI

Fonte: Adaptado de OTAN (2021)

A NRI visa assim aumentar a prontidão das forças nacionais existentes e a sua capacidade de deslocação dentro da Europa e através do Atlântico - em resposta a um ambiente de segurança mais imprevisível, não sendo necessário gerar novas forças e capacidades. A iniciativa baseia-se numa série de medidas tomadas para ampliar a prontidão de Forças aliadas (NATO, 2021).

Em fevereiro de 2022, após a invasão da Ucrânia pelas Forças Armadas Russas, a OTAN ativou uma estrutura da NRF com o objetivo de conduzir atividades do âmbito de



dissuasão, e para tal foram colocadas em nível de prontidão máxima forças blindadas, com unidades de artilharia, navios e aeronaves, de forma a assegurar a velocidade necessária para defender o território e população da aliança (NATO, 2022).

4.2.1. Geração de Forças dos mecanismos de resposta militar da OTAN

A NRF é gerada através de uma Conferência de Geração de Forças, conduzida pelo *Allied Command for Operations (ACO)*, com a finalidade de preencher um rol de requisitos militares, em termos de forças e capacidades previamente estabelecidos no *Combined Joint Statement of Requirements (CJSOR)*. É aqui que aparece a primeira particularidade da NRF, sendo que o processo de geração de forças resulta do Planeamento Operacional (tendo uma orientação de “cima para baixo”). No entanto, em sede deste planeamento, os requisitos militares constantes no *Statement of Requirements (SOR)* resultam da análise de uma situação específica e face a um cenário muito concreto. Nesta conferência, os aliados atribuem forças e capacidades para a rotação da NRF em causa, constituindo um compromisso firme das nações e implicando requisitos de treino e certificação. Sendo um planeamento operacional toda a restante informação é confidencial (S. Ferran, *op. cit.*).

4.2.2. Desafios e limitações

A linha de ação agressiva da Rússia galvanizou a aliança, mas os problemas persistentes de ação coordenada e de resolução permanecem, considerando como desafios críticos a rapidez de reação da eNRF. Enquanto destinados a estarem "de prontidão elevada", os elementos de ponta de lança da VJTF requerem 48 horas de tempo de reação enquanto a restante força pode demorar até uma semana para ser projetada (Ringsmose & Rynning, 2017a, p. 63).

Concomitantemente a eNRF iniciou, após a Cimeira de Gales, grupos de trabalho na recolha de informações, indicadores de crise, guerra híbrida e resiliência, ao movimento rápido de forças de combate e munições através das fronteiras atlânticas e intraeuropeias. Estão a fazer progressos, tendo conseguido em 2018 um acordo para estabelecer dois comandos de apoio para logística, reforço e mobilidade militar, um nos Estados Unidos da América e outro na Alemanha (Ringsmose & Rynning, 2017^a, p. 64).

Um outro grande desafio surge de acordo com o princípio da OTAN para a VJTF e para a NRF, consistindo na máxima "costs lie where they fall", significando neste caso que os aliados que contribuem com recursos humanos e materiais devem suportar todos os custos inerentes à sua geração, prontidão, manutenção e exercícios em estado de preparação e prontidão. Além disso, a nação anfitriã deve contemplar toda a infraestrutura necessária para



receber a VJTF a curto prazo, o que considerando todas os constituintes de uma brigada multinacional, é considerado um assunto politicamente sensível (Karlsruud & Reykers, 2019, p. 64).

A OTAN empregou em março de 2022 quatro novos agrupamentos multinacionais na Bulgária, Hungria, Roménia e Eslováquia, no âmbito da *Tailored Forward Presence* (tFP), juntando-se às quatro missões existentes no âmbito da dissuasão, denominadas de *Enhanced Forward Presence* (eFP), resultante na Cimeira de Varsóvia de 2016, com o objetivo de estabelecer uma presença avançada reforçada na parte oriental da Aliança. Por conseguinte estão a decorrer alterações estruturais e da sua forma de emprego.

4.2.3. Síntese conclusiva e a resposta à QD1

Do acima analisado, e em resposta à QD1, *Quais as perspetivas futuras do MRRM OTAN?*, conclui-se de que os MRRM da OTAN têm provado o seu valor como motor de modernização da força, possibilitando um incremento em termos de competência e prontidão para um melhor emprego, estando o seu conceito estratégico a ser revisto e finalizado até ao final do primeiro semestre de 2022.

As condições políticas mudaram na sequência da agressão russa à Ucrânia em 2014, fomentando mudanças na capacidade de prontidão e criando conceitos, como o da VJTF, tendo como objetivo tranquilizar os aliados expostos e de dissuadir a Rússia.

Considera-se importante incrementar o investimento no desenvolvimento de programas de apoio financeiro que possibilitem aos Estados-membros sustentarem equilibradamente as suas forças, continuando a elevar a sua interoperabilidade, através de padrões de treino e certificação, mas também das suas capacidades tecnológicas por forma a aumentar o poder de dissuasão da força, bem como incrementar a sua projeção estratégica aliada a uma melhoria dos obstáculos logísticos.

O futuro dos MRRM OTAN aparenta estar assegurado, patenteado através das recentes projeções de estruturas da NRF (eNRF e tFP) para a fronteira leste da Europa, mantendo simultaneamente uma elevada prontidão da VJTF. Simultaneamente decorrem também alterações na estrutura e da forma de emprego dos MRRM OTAN.



4.2. Mecanismos de Resposta Militar da UE

Os Estados-membros da UE concordaram em criar uma força especial europeia de reação rápida, capaz de empreender um vasto espectro de tarefas. O Tratado da União Europeia (TUE) estabelece no seu art.º n.º 42.1 que a capacidade operacional da *Common Security and Defence Policy* (CSDP), com base em meios civis e militares, pode ser utilizada em missões fora da UE para a manutenção da paz, prevenção de conflitos e reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da ONU (União Europeia, 1992). Para tal foram delineadas as tarefas de “*Petersberg Plus*”, enumeradas no art.º 43.1 do TUE, respetivamente abrangendo operações humanitárias e de evacuação; manutenção da paz; forças de combate em gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz; outras identificadas na Estratégia de Segurança Europeia, nomeadamente o apoio ao estabelecimento de estruturas e apoio a países terceiros no combate ao terrorismo (Sousa, 2015, p. 6).

Em 2007, a estrutura do EUBG foi complementada com dois MRRM de capacidade aérea e marítima, designados de *European Union (EU) Air Rapid Response Concept* e o *EU Maritime Response Concept*, sendo que em 2015 foi acrescentado o *Land Rapid Response Concept* para integrar o MRRM completo, designado de *EU Military Rapid Response Concept* (Sousa, 2015, p. 20).

Como resultado, a UE dispôs de dezoito EUBG, desde 2016, no âmbito da sua “caixa de ferramentas” da *Permanent Structured Cooperation* (PESCO), cada um destes incorporando cerca de 1.500 ou cerca de 2.500 militares de diferentes nacionalidades, rapidamente destacáveis (entre cinco a dez dias) com capacidade para operar a 6.000 km de Bruxelas, autossustentáveis durante pelo menos 30 dias (ou 120 dias, se corretamente sustentados) (European Army Interoperability Center (FINABEL), 2018, p. 2).

Embora esta força possa parecer insuficiente para lidar com crises complexas e atuais, o EUBG deve ser utilizado isoladamente, dado serem forças em pequena escala e de baixa intensidade, garantindo a capacidade para a projeção de forças com maior capacidade, sendo composto por um Agrupamento reforçado com elementos do Apoio de Combate, Apoio de Serviços e meios de projeção e sustentação. Atualmente, quatro EUBG efetuam atividades de treino e certificação para ficarem por ano, dois EUBG em permanentemente prontidão e prontos a serem projetados simultaneamente e se necessário (FINABEL, 2018, p. 2).

De forma a aumentar a sua credibilidade enquanto ator securitário, a UE implementou um novo conceito, vertido na recente BEstr, denominado de *European Union Rapid*



Deployment Capacity (EURDC), permitindo uma rápida, robusta e eficaz intervenção num ambiente não permissivo, podendo projetar uma força modular de aproximadamente 5000 militares, integrados em dois EUBG, módulos adaptáveis fornecidos pelos Estados-membros, assim como os facilitadores estratégicos, apoio de combate e apoio de serviços, para ambientes não permissivos em diferentes tipos de crises (H.T. Maio, op. cit.).

Aliado ao nível de ambição da disponibilidade de forças, é reforçado também o compromisso de fornecimento dos meios adequados, bem como dos seus facilitadores, nomeadamente transportes estratégicos, proteção das forças, meios médicos, ciber defesa, comunicação por satélite e capacidades de informação, de vigilância e de reconhecimento. Ao nível do comando e controlo, foi relevado o emprego de um quartel-general operacional nacional, pré-identificado ou o *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC) da UE, assim que esta estiver plenamente operacional (Conselho da União Europeia, 2022, p. 14).

Já os EUBG foram destinados a serem credíveis e coerentes, rapidamente destacáveis e capazes de conduzir operações autónomas ou na fase inicial de operações de maior dimensão, estando de prevenção durante seis meses a um ano e sendo compostos por vários países. Apesar da intenção da sua criação, não foram empregues nos seus quinze anos de existência, apesar das oportunidades que surgiram, contudo, talvez agora, com o conceito de capacidade de projeção rápida e a situação atual na Ucrânia possam surgir alterações (S. Biscop, entrevista por videoconferência, 14 de abril de 2022).

O atual Catálogo de Requisitos da UE e os Catálogos de Forças da UE são demasiado genéricos e, portanto, de utilização limitada para o planeamento operacional. Assim sendo, foi desenvolvido um projeto PESCO, denominado de *European Forces Crisis Response Operations Core* (EUFOR CROC), permitindo a construção de uma base de dados para registar as capacidades disponíveis e rapidamente destacáveis, a fim de facilitar e acelerar o processo de Geração de Forças (M. Nordenson, entrevista por videoconferência, 11 de março de 2022).

O valor acrescentado consiste numa lista de capacidades nacionais interoperáveis prontas para serem utilizadas, sob um comando e como um pacote multinacional coerente, tendo a capacidade de efetuar operações de acordo com os cenários ilustrativos, em que com essa base de dados permanentemente atualizada, o tempo empregue para a fase de *Force Sensing* (disponibilização de meios) é menor dado existir uma honesta demonstração das forças disponíveis de todos os Estados-membros (L. Schumman, entrevista por videoconferência, 04 de março de 2022).

4.2.1. Geração de Forças dos mecanismos de resposta militar da UE

O Conceito da UE para a Geração de Forças explicita as regras aplicáveis à geração de forças para missões e operações militares da CSDP, abrangendo um conjunto de etapas, cujo objetivo a identificação formal dos meios disponibilizados para uma determinada operação pelas *Troop-Contributing Nation* (TCN) (European External Action Service, 2015, p. 6), nomeadamente: Compreensão da intenção dos Estados-membros sobre *Force Sensing*; Geração da força propriamente dita (*Force Generation*) e Previsão da disponibilidade futura dos meios.

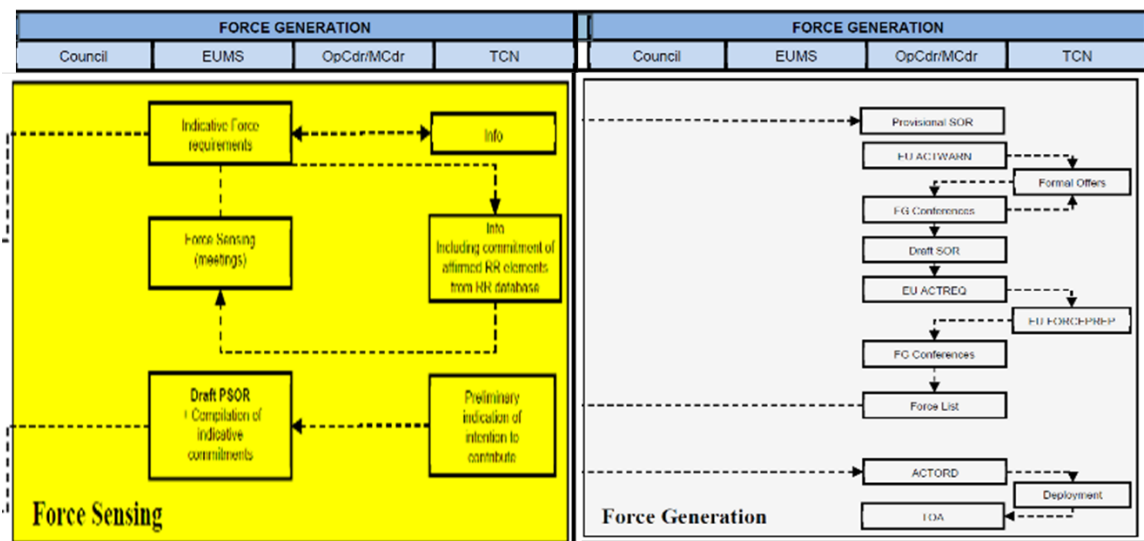


Figura 3 - Processo de Geração de Forças da UE

Fonte: Adaptado de European External Action Service (2015, p. 19)

Conforme descrita na figura 3, durante o processo de geração de forças o MRRM inicia com a opção de Resposta Urgente do Comité Político de Segurança, ultrapassando a abordagem de crise de enquadramento político aquando do desenvolvimento do conceito de gestão de crises. As forças disponíveis encontram-se em níveis elevados de prontidão, nas componentes terrestres, marítimas e aéreas, sendo esse nível normalmente de cinco a dez dias para atingirem a Capacidade Inicial Operacional. Após a consulta da base de dados descrita anteriormente, o tempo disponível para lançamento de uma operação é também muito reduzido, requerendo um esboço da *Provisional Status of Requirements* (PSOR) por parte do EUMS, seguindo-se a identificação por parte do Comandante Operacional, das capacidades necessárias dos TCN, de forma a fornecer a intenção inicial do Comandante (European External Action Service, 2015, p. 17).

Após o processamento do PSOR, o EUMS requer aos Estados-membros uma declaração formal dos meios identificados na base de dados, incluindo possíveis restrições



(*caveats*) para o cumprimento das suas tarefas, a fim de elaborar a Diretiva Inicial Militar, desenvolvendo a PSOR baseada no compromisso formal dos Estados-membros para a composição do MRRM, com uma ordem de batalha completa e sendo proposta após uma nova *Force Sensing* para colmatar lacunas previamente identificadas. Após o término deste processo dá-se então a conferência de geração de forças, a fim de formalizar todos os compromissos dos Estados-membros na composição do MRRM (European External Action Service, 2015, p. 17).

4.2.2. Desafios e limitações

As principais limitações do emprego dos EUBG estão unicamente relacionadas com a vontade política dos Estados-membros, custos financeiros e tipologia de ambiente da área de operações (L. Schuman e M. Nordenson, *op. cit.*). Os Estados-membros tendem a calcular riscos e oportunidades relacionados com os seus interesses nacionais, ao invés de primariamente contribuírem para a problemática dos desafios securitários da UE (Pohl, 2014, p. 192). Excetuando custos na instalação do quartel-general e serviços médicos na Área de Operações, os países TCN suportam todas as restantes despesas militares sem um horizonte temporal para retração ou substituição, sendo necessário incrementar o *European Defense Fund* (EDF), num mecanismo financeiro que suporte este tipo de operações, conforme relevam Barcikowska (2013), Mattelaer and Coelmont (2013), Schuman (2022), Nordenson (2022) e Biscop (2022).

As dificuldades de emprego serão as mesmas que as da OTAN, porque existe apenas um “*single set of forces*” dos Estados-membros, cumprindo missões estritamente nacionais, missões OTAN, UE ou ONU, acrescentando o facto de os Estados-membros terem reduzido substancialmente as suas forças (H.T. Maio, *op. cit.*).

Concomitantemente, a perigosidade do ambiente, que pode ser semi-permissivo ou hostil também impede a decisão política dos Estados-membros, que aguardam muitas vezes por desenvolvimentos e estudos intermináveis de informação (L. Schumman, *op. cit.*).

Por último, existe também um grande desafio na dimensão da certificação, não existindo uma estrutura orgânica fixa para lidar com toda a tipologia de tarefas e em que os MRRM são certificados apenas a nível nacional, traduzindo-se em problemas de interoperabilidade e na prossecução da *full operation capability* (FOC), em que apesar de vários Estados-membros reportaram a FOC, apenas se encontravam “em modo de sobrevivência” (M. Nordenson, *op. cit.*).



4.2.3. Síntese conclusiva e a resposta à QD2

Do acima analisado, e em resposta à QD2, *Quais as perspectivas futuras dos MRRM da UE?*, conclui-se que apesar de não terem sido empregues até à data em que se efetua esta investigação, principalmente devido à vontade nacional dos Estados-membros, existe um caminho evolutivo no sentido de os MRRM da UE aperfeiçoarem a sua geração de forças, aumentando a sua dimensão e organização vertida na BEstr. Mas necessitando, neste caso, de supra implementarem mecanismos de treino e certificação, por forma a garantirem interoperabilidade por todos os Estados-membros.

Existe também um caminho necessário para garantirem uma robusta estrutura de comando e controlo, com uma estrutura orgânica fixa para adquirirem a capacidade de resposta necessária e aperfeiçoarem os seus mecanismos de prontidão, necessitando da unanimidade todos os Estados-membros para a sua ativação e projeção.

Com a BEstr ficou validado o apoio da UE na projeção estratégica, bem como na proteção das forças, nos meios médicos, na ciber defesa, na comunicação por satélite e nas capacidades de informação, de vigilância e de reconhecimento, e na implementação de um quartel-general para condução de missões e tarefas no âmbito da resposta rápida, ficando por esclarecer quais os mecanismos financeiros de apoio na sustentação dos MRRM, por forma a não serem as TCN os únicos contribuintes.

4.3. Modelo de Sinergias dos Mecanismos de Resposta Militar da OTAN e da UE, e resposta à QC

Do até aqui estudado, e em resposta à QC, *Quais os contributos para um modelo de sinergias de MRRM entre a OTAN e a UE?*, conclui-se que com a definição do modelo de sinergias apresentado anteriormente, e enquadrado com os relatórios de cooperação entre a OTAN e a UE, não é apenas relevante e premente uma articulação da necessidade a fim de reduzir custos operacionais ou nomear entidades específicas para apoio em recursos financeiros, mas também para operarem coerentemente em todos os níveis de relação e modo de emprego, de forma a aumentarem o seu impacto operacional e atingirem melhores resultados. Os contributos estão repercutidos em considerações, conforme demonstrado na figura 4, nomeadamente na Abordagem do Enquadramento Lógico de Sinergias de MRRM da OTAN-UE, na figura 5, no Sistema Integrado de Formação e Treino OTAN-UE e na figura 6, no Modelo de Sinergias de MRRM da OTAN-UE.

Segundo a figura 4, um exemplo do modelo de sinergias dos MRRM da OTAN-UE, pode ser construído seguindo a abordagem de enquadramento lógico, remetendo-nos para um processo geral de identificação, formulação de pontos de alinhamento entre os dois MRRM, que ao serem submetidos a um processo de monitorização e avaliação são transformados em sinergias.

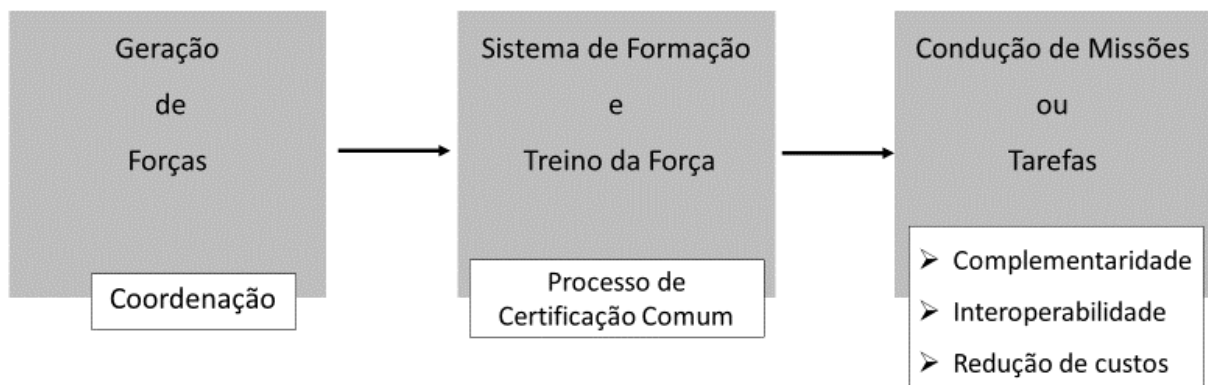


Figura 4 - Abordagem do Enquadramento Lógico de Sinergias de MRRM OTAN-UE

Fonte: Adaptado de NORAD (1999)

Ao nível do processo de Geração de Forças para MRRM, estas são geradas por diferentes procedimentos. Para a NRF, o SHAPE define as capacidades necessárias e com que seja possível corresponder a essas capacidades, sendo uma abordagem de “cima para baixo”, transformando-se num registo muito detalhado, que deve ser complementado por contribuições nacionais. Em relação ao EUBG, as forças são geradas através de um processo ascendente, baseado na iniciativa dos Estados-membros, sendo a UE responsável pelas



disposições de comando e controlo e de desenvolvimento de capacidades (H.T. Maio, *op. cit.*).

Através da abordagem do enquadramento lógico, iremos agora interligar os indicadores do modelo de análise com os pontos de alinhamento para o modelo de sinergias.

Ao nível do indicador de Processos de Decisão o alinhamento remete para a segurança e à partilha de informações sensíveis ou confidenciais entre as duas organizações, especialmente no terreno. Apenas os Estados-membros da UE que tenham mantido um acordo de segurança com a OTAN podem receber informação classificada, em que as lições aprendidas devem ser extrapoladas em todo o espectro da cooperação na construção de capacidades, enquanto se racionaliza o processo de habilitação de segurança para o pessoal necessário (Himmrich & Raynova, 2017, p. 7). O alinhamento também remete para uma redução de custos, sendo necessário englobar os mecanismos de apoio financeiro das duas instituições, nomeadamente a criação de sinergias entre o *European Defense Fund* da UE e o *Smart Defense* da OTAN (H.T. Maio e M. Nordenson, *op. cit.*)

Geralmente, os países europeus afetam o mesmo conjunto de forças e capacidades para ambas as forças militares de reação rápida, o que pode criar alguns problemas de compatibilidade, de competição por capacidades críticas (Forças Especiais e meios de projeção estratégica) entre a NRF-EUBG, bem como a possibilidade de duplicação e desperdício dos escassos recursos para a defesa (H.T. Maio, L. Schumman, M. Nordenson, S. Ferran e Biscop; *op. cit.*).

Ao nível do indicador de Estruturas de Comando e Controlo o alinhamento é abordado na tipologia de comando “Eurocorpo⁷”, tendo a capacidade de integrar diversas estruturas robustas para operações expedicionárias entre a OTAN-UE, sendo fornecida toda a estrutura técnica e um pacote projetável (H.T. Maio, L. Schumman, M. Nordenson, S. Ferran e Biscop; *op. cit.*).

Ao nível do indicador de Missões ou Tarefas, o alinhamento remete para os Acordos BP, sendo estes os únicos acordos que declaram que as capacidades da OTAN podem ser disponibilizadas à UE, caso a OTAN decida não participar numa operação (Molling, 2007). O conceito já não se adequa atualmente e devia ser revisto, não pela perspetiva de reforço,

⁷ Criado pela França, República Federal da Alemanha, Bélgica, Espanha e Luxemburgo. Sendo um quartel-general multinacional, totalmente destacável e altamente autónomo, planeia e conduz operações militares em todo o espectro operacional e de elevada intensidade, trabalhando como uma força para a UE e a OTAN (Munson, 2020, p. 29).

mas sim de cooperação (H.T. Maio, L. Schumman, M. Nordenson, S. Ferran e Biscop; *op. cit.*).

Na ausência de qualquer referência aos Acordos BP em documentos públicos recentes da OTAN ou da UE, evidencia-se que esta forma de cooperação necessita de revisão, dado que na lista de atividades comuns o desafio de como podem operar a nível militar numa futura crise não é abordado (Williams, 2018).

Ao nível do indicador de Tipologia de forças, o alinhamento é identificado no processo de treino e certificação, que a nível nacional define requisitos operacionais para o desenvolvimento de capacidades e conhecimento necessário para o cumprimento de tarefas e missões a nível individual e coletivo, integrando apenas os padrões OTAN. Na UE o processo é nacional, de acordo com o sistema de cada Estado-membro (H.T. Maio, L. Schumman, M. Nordenson, S. Ferran e Biscop; *op. cit.*).

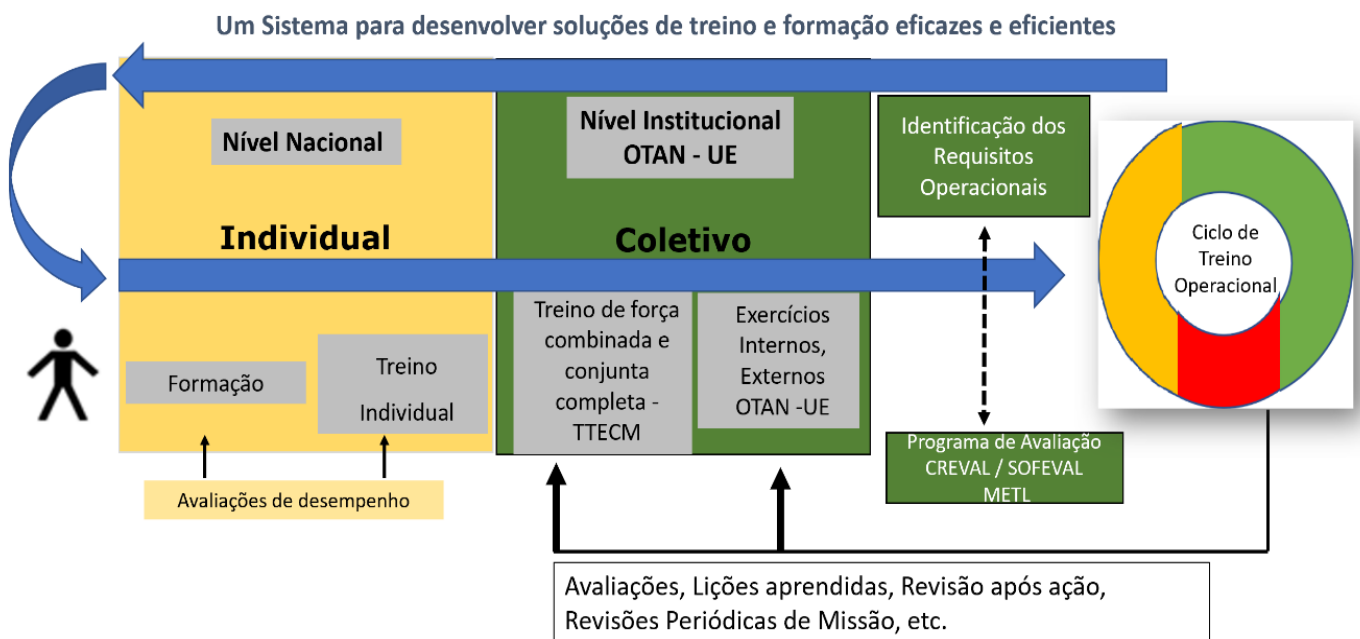


Figura 5 - Sistema Integrado de Formação e Treino OTAN-UE

Fonte: Adaptado de NATO (2012)

Considera-se importante existir um sistema integrado de formação e treino ao nível da OTAN e da UE, conforme demonstrado na figura 5, que permita estabelecer requisitos e padrões para todas as forças, garantindo níveis de proficiência individuais e coletivos, permitindo que, ao iniciar o seu ciclo de prontidão operacional, a força esteja devidamente treinada e certificada. Permite também possuir a sua capacidade máxima para conduzir exercícios conjuntos e missões, englobando um mecanismo de lições aprendidas, detendo níveis de interoperabilidade indispensáveis para o cumprimento das suas tarefas e missões,

seja em ambiente OTAN ou UE (H.T. Maio, L. Schumman, M. Nordenson, S. Ferran e Biscop; *op. cit.*).

Ambas as forças de reação rápida têm missões semelhantes, podendo o EUBG ser empregue numa gama completa de tarefas *Petersberg*. Estas incluem assistência em ajuda humanitária, operações de evacuação, operações de manutenção da paz e operações de imposição da paz. Para além disso, podem também ser destacados para missões de desarmamento, desmobilização, reintegração, e missões do espectro mais vasto da reforma do sector da segurança.

Embora ambas tenham uma série de missões, as suas dimensões variam consideravelmente, sendo que a NRF será capaz de gerir tarefas com um nível de intensidade mais abrangente. Por sua vez, o EUBG está sujeito a um risco mais limitado, considerando-se o seu catálogo de forças, podendo ser mais bem empregue em tarefas de prevenção numa área geográfica limitada com impacto estratégico. Espera-se que ambas as forças sejam capazes de ser destacadas num curto espaço de tempo, podendo ser projetados com um NTM de cinco dias. Em termos de sustentação o nível de ambição também é similar, com capacidade de garantir operações durante 30 dias, podendo ser alargada se decorrerem repletamentos e reabastecimentos. Além disso, ambas as forças são baseadas num sistema de rotação no prazo de seis meses a um ano, no caso do EUBG e a três anos, no caso da NRF.



Figura 6 - Modelo de Sinergias OTAN-UE



5. Conclusões

Sabendo que ainda existem diferenças na Europa, os Estados da Europa Ocidental atribuem uma renovada atenção às operações de gestão de crises na OTAN e UE, continuando o conceito de defesa territorial a ser primordial para a segurança dos Estados da Europa Central e Oriental, reforçado presentemente através da grave crise na Ucrânia.

Contudo, permanece o risco de que um determinado conjunto de forças ou capacidades seja aplicado simultaneamente por várias organizações, sendo que, neste contexto, embora a nação continue soberana na sua decisão sobre as contribuições para os MRRM OTAN-UE, as duas organizações têm desempenhado um papel importante na identificação e proposta de soluções no sentido a melhorar a coordenação e harmonização das suas forças de reação rápida.

De uma perspetiva militar, as interações aparentes entre os MRRM OTAN-UE não conduzem necessariamente à contradição. A OTAN e a UE tentaram criar estas configurações que se reforçam mutuamente, como exemplificámos através do problema das normas comuns para uma avaliação e certificação.

Ambas as organizações dependem das contribuições dos Estados-membros, sendo que de facto, os MRRM OTAN-UE integram as mesmas Forças (ou capacidades) em ambos os mecanismos que têm estruturas diferentes de seis em seis meses. Isto também reflete as potenciais divergências entre as organizações: a competição por capacidades escassas (incluindo as Forças Especiais e meios estratégicos, tais como meios de transporte e comunicações, que estão disponíveis apenas em quantidades limitadas).

Até ao presente momento, foram efetuadas duas Declarações Conjuntas OTAN-UE, apenas assinadas pelos secretários OTAN-UE e não pelos representantes dos Estados-membros, juntamente com seis relatórios de progressão. Neste seguimento, o investigador efetuou um estudo de caso tendo como finalidade propor um modelo de sinergias entre os MRRM OTAN-UE, numa perspetiva construtivista e epistemológica interpretativa, conjugada com um raciocínio indutivo e uma estratégia qualitativa.

Com o objetivo de ampliar no seu máximo potencial o contributo para o conhecimento, foram contactadas diversas entidades, realizando-se diversas entrevistas exploratórias. Posteriormente, foi efetuada a leitura de uma extensa bibliografia, aglomerada com a visualização de *webinars* e seminários, especialmente devido à crise atual. De seguida foram elaboradas entrevistas semiestruturadas a especialistas aglutinadores de conhecimentos profundos na temática em apreço, dado o cargo em que estão colocados, as suas qualificações



académicas e os trabalhos de investigação realizados. Posteriormente foi efetuada uma análise categorial de forma a contribuir para as respostas às QD e QC.

Relativamente ao OE1, *Analisar a evolução dos MRRM da OTAN*, e resposta à correspondente QD1, concluiu-se que os MRRM têm sido um motor de modernização da OTAN, permitindo investir na sua formação, treino, certificação e prontidão para um melhor emprego, aliado a programas de apoio financeiro, estando o seu conceito estratégico a ser revisto e finalizado até ao final do primeiro semestre de 2022. Apesar de os MRRM OTAN garantirem uma capacidade de resposta gradual, perante uma multiplicidade de missões, sendo a dissuasão uma das dimensões de atuação, estão a decorrer alterações ao seu modo de organização e emprego fruto também da invasão ucraniana.

Relativamente ao OE2, *Analisar a evolução dos MRRM da UE* e resposta à correspondente QD2, concluiu-se que os MRRM da UE apesar de nunca terem sido empregues, também têm estado num caminho de evolução ao nível da dimensão e organização, tendo o conceito sido alterado com a BEstr, necessitando de mecanismos de treino e certificação, bem como de elevar a sua interoperabilidade, estrutura de comando e controlo e mecanismos de prontidão. Nesse caminho de evolução foram elaborados projetos de financiamento, através do EDF, para aumentar o empenho dos Estados-membros da UE em criar mecanismos de financiamento mais equitativos e disponibilizando forças, sendo a projeção uma decisão principalmente nacional, tornando o alcance e o poder de atuação da UE reduzida face à OTAN.

Face ao exposto, e em resposta ao OG, *Propor contributos para a elaboração de um modelo de sinergias de MRRM para a OTAN e UE*, e à correspondente QC, as principais conclusões consistem na identificação de contributos para a elaboração de um modelo de sinergias entre os MRRM OTAN-UE. Sendo que cada Estado-membro apenas contém um “*single set of forces*”, torna-se fundamental potenciar as capacidades de defesa a nível nacional de forma a garantir que todas as suas forças estão preparadas para serem geradas em MRRM OTAN ou em MRRM UE. Como todos estes têm apenas um único conjunto de forças a destacar em cada um dos diferentes contextos, todos os atores beneficiam se as insuficiências de capacidade forem colmatadas.

No modelo de sinergias foram identificadas cinco dimensões de alinhamento com os indicadores do modelo de análise, consistindo no processo de geração de forças e centradas na vontade política dos Estados-membros, nomeadamente:



- A credenciação OTAN-UE, garantindo uma partilha de informação classificada, dado que atualmente as reuniões são muito céleres e a partilha muito limitada;

- Os programas de apoio financeiro EDF da UE com *Smart Defense* da OTAN, garantindo um melhor e mais rápido apoio ao desenvolvimento de capacidades, bem como no apoio à projeção e sustentação por parte da OTAN ou UE, e não dos TCN;

- A revisão dos Acordos BP, tornando-os uma referência para ambas a cooperação entre as instituições;

- A estrutura de Comando do tipo Eurocorpo, com a capacidade de assegurar operações expedicionárias dos MRRM, tendo de ser fornecida toda a estrutura técnica e um pacote projetável, sendo possível ser o *Core HQ* para a OTAN ou a UE. O quadro do Eurocorpo poderia ser benéfico, porque implementa forças de resposta adaptadas às missões que são semelhantes às da OTAN e da UE. O Eurocorpo deveria ajudar a desenvolver novas sinergias de defesa e investimento em capacidades e infraestruturas militares críticas. Mais importante ainda, deveria proporcionar uma maior coesão política e cimentar uma cultura estratégica europeia comum. Para tal, o QG da Eurocorpo seria responsável pelo centro de comando e controlo do EURDC.

- O sistema integrado de Formação e Treino OTAN-UE, decorrendo uma harmonização no treino dos módulos e da força, com exercícios conjuntos e um processo de lições aprendidas, culminando num processo de certificação comum para os MRRM OTAN-UE;

Por último almeja-se que com estas dimensões a vontade política dos Estados-membros seja mais eficiente e eficaz, conseguindo efetuar o processo de geração de forças de uma forma rápida, simplificada e assertiva.

Com apenas um conjunto de forças a nível da UE, a OTAN e a UE estão a esforçar-se por proporcionar uma rotação das capacidades nacionais para a atribuição da EURDC (futuro dos EUBG) e da NRF. No entanto, a natureza da interação e a sua utilidade em operações reais, é em última análise, decidida a nível político, e caso não haja vontade política, o mecanismo de resposta não é acionado. Embora, devido a sensibilidades históricas e políticas, seja difícil imaginar operações da OTAN em certas regiões, o âmbito da EURDC é muito mais vasto, estando o seu emprego a ser analisado pelos Estados-membros.

Com o tempo, as organizações deveriam considerar se e como a EURDC e a NRF podem ajudar-se mutuamente em situações de resposta rápida. Em seguida, devem ser colocadas as seguintes questões: coordenação precoce, incluindo o calendário de projeção e o impacto sobre o transporte aéreo estratégico, a alteração das regras de alinhamento das



forças do teatro de operações, a interoperabilidade dos sistemas de comunicação e a troca atempada de informações entre as forças e a utilização rotativa das infraestruturas.

Ao nível de transformações estruturais e ações requeridas ao nível da segurança e organização dos MRRM da OTAN e da UE, as forças da EURDC e da NRF têm uma contribuição significativa na transformação e modernização das suas forças. Como parte dos exércitos nacionais líderes da transformação, a NRF introduziu mudanças significativas em determinados países, dado muitos estados pequenos não terem grandes capacidades (porta-aviões, transporte aéreo e marítimo estratégico, meios modernos de proteção individual via satélite, apoio logístico adequado, etc.) nas quantidades necessárias para completar os pré-requisitos necessários.

Por conseguinte, a participação na NRF tornou-se pouco atrativa. Devido à flexibilidade em termos de contribuições e à sua menor dimensão, a EURDC tornou-se muito atrativa, permitindo aos Estados hastear a sua bandeira com um esforço limitado. Além disso, a participação na EURDC permite-lhes acompanhar o ritmo da transformação das forças ocidentais, aplicando os efeitos da transformação principalmente aos países da Europa Central e Oriental, mas também aos países não membros da OTAN, como a Irlanda, Finlândia e Áustria. Aqui, a EURDC foi utilizada para iniciar uma transformação bastante abrangente da postura de defesa nacional, territorial, para uma resposta flexível a uma crise.

A nível de comando e controlo dos MRRM, tanto as estruturas da OTAN como da UE são política e militarmente semelhantes. Em ambas as organizações, o princípio da unanimidade de decisões assegura a soberania dos Estados-membros. Embora isto possa ser, em si mesmo, um motivo de atraso no contexto de uma resposta rápida, os países que necessitam de aprovação parlamentar para a projeção estão sob pressão adicional.

Neste contexto, os principais contributos da presente investigação para o conhecimento, convergem numa abordagem inovadora de modelos de sinergia a nível militar, pertinentes na realidade atual da Europa. Permite também fornecer à OTAN e UE evidências científicas da criação de sinergias entre os seus MRRM, e que, ao serem implementadas, irão possibilitar que os processos de geração de forças sejam mais rápidos e eficientes, contribuindo para uma melhor complementaridade, interoperabilidade e sinergia de esforços. Através da criação de sinergias nos MRRM, os Estados-membros irão beneficiar não apenas no equilíbrio de esforço, mas também nos mecanismos de treino e certificação e apoio financeiro.



Esta investigação apresenta como principais limitações o facto de não ter sido possível analisar detalhadamente os acordos e programas PESCO, bem como os programas financeiros OTAN-UE, visto os Estados-membros estarem a analisar o recente documento estratégico BEstr e a OTAN apenas irá apresentar o seu conceito estratégico no final do 1º semestre de 2022.

Vislumbra-se a importância de efetuar estudos futuros relativamente a esta temática, nomeadamente no contributo, validação e aceitação do modelo de sinergias pelos Estados-membros. Também no desenvolvimento do potencial dos mecanismos e na complementaridade operacional, validado através de uma possível situação de alta intensidade através do MRRM OTAN e no cumprimento de missões e tarefas de reconstrução pós-conflito pelo MRRM UE. No seguimento das limitações apresentadas, considera-se de igual relevância, efetuar este estudo com matérias classificadas das duas organizações, de tal modo que, embora possa não ter a mesma abrangência de divulgação, ganhe a nível de plenitude de análise.



Referências bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- Barcikowska, A. (2013). EU Battlegroups - ready to go? *European Institute for Security Studies*, 40, 1-4.
- Brustlein, C. (2019). Mutual reinforcement: CSDP and NATO in the face of rising challenges. *Focus Stratégique, IFRI* (93).
- Bryman, S. (2012). *Social Research Methods*. (3.^a Ed.) Oxford: University Press.
- Cascio, J. (2020). *Facing the Age of Chaos* [Página online]. Retirado de <https://medium.com/@cascio/facing-the-age-of-chaos-b00687b1f51d>
- Conselho da União Europeia. (2022). *Bussola Estratégica 2022* [Página online]. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/pt/pdf>
- Council of the European Union. (2021). *Sixth progress report on the implementation of the common set of proposals endorsed by EU and NATO Councils* [Página online]. Retirado de <https://www.Consilium.Europa.Eu/En/Press/Press-Releases/2021/06/03/Eu-Nato-Cooperation-Sixth-Progress-Report/>
- Couto, A. C. (1988a). *Elementos da Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C. (1988b). *Elementos de estratégia, Apontamentos para um curso (Vol I)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cravinho, J. G. (2021, novembro). *Discurso de abertura*. Em: Seminário da Defesa. Seminário organizado pelo Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.
- Direção-Geral da Comunicação. (2021). Objetivos e valores da União Europeia [Página online]. Retirado de https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_pt
- European Army Interoperability Center (FINABEL). (2018). *Discussing the relevance of EUBGs*. Brussels: Author.
- European External Action Service. (2015). EU Concept for Force Generation. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14000-2015-INIT/en/pdf>
- Famà, G., & Musiol, L. (2022, May 5). The War in Ukraine Raises New Questions for EU Foreign Policy - International Crisis Group [Página online]. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/eastern-europe/ukraine/war-ukraine-raises-new-questions-eu-foreign-policy>



- Giuglietti, L. (2022, January). Beyond the Third Declaration: scenarios for EU-NATO cooperation. In: *Conference on the Future of Europe*. Conference organized by College of Europe, Brussels.
- Himmrich, J., & Raynova, D. (2017). *EU-NATO Relations: Inching forward?* United Kingdom: European Leadership Network.
- Howorth, J. (2018). Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defense relations? *Journal of European Integration*, 40(5), pp. 523–537. doi: 10.1080/07036337.2018.1512268
- Karlsrud, J., & Reykers, Y. (2019). *Multinational Rapid Response Mechanisms: From Institutional Proliferation to Institutional Exploitation*. Oxon: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Koehler, K. (2017). *Enhancing NATO-EU Cooperation: Looking South and Beyond Key Points*. Rome: NATO Defense College.
- Latici, T. (2020). *Understanding EU-NATO Cooperation. Theory and Practice*. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659269/EPRS_BRI\(2020\)659269_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/659269/EPRS_BRI(2020)659269_EN.pdf)
- Latici, T., & Lazarou, E. (2020). *Where will the EU's Strategic Compass point?* Brussels: Author.
- Maio, G. de. (2021). *Opportunities to deepen NATO-EU Cooperation*. Washington: The Brookings Institution.
- Mattelaer, A., & Coelmont, J. (2013). *Modern European Operations: From Phoney Wars to sickle cuts*. Brussels: Egmont - Royal Institute for Internal Relations.
- Molling, C. (2007). NATO and EU Rapid Response: Contradictory or Complementary? *Center for security studies*, 2(22), 1-3.
- Morcos, P., & Monaghan, S. (2022, March 29). NATO and the European Union Show Unity and Resolve in Brussels - Center for Strategic & International Studies [Página online]. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/nato-and-european-union-show-unity-and-resolve-brussels>
- Munson, C. (2020). *European Defense: Strategic Choices for 2030*. Washington: University of Washington.
- NATO. (2012). *BI-SC Collective Training and Exercise Directive 075-003*. Mons: Author.
- NATO. (2013). *Comprehensive Operations Planning Directive, COPD*. Mons: SHAPE, Allied Command Operations.



- NATO. (2021). NATO Response Initiative [Página *online*]. Retirado de <https://twitter.com/usnato/status/1017077059661725697>
- NATO. (2022, April 14). *NATO Response Force* [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49755.htm
- Norwegian Agency for Development Cooperation. (1999). *The Logical Approach Framework* (4.th Ed.). Oslo: Author.
- Pauly, A., Bodet, A., Arenella, R., & Doorley, E. (2019). *EU-NATO Cooperation: A secure vision for Europe*. Brussels: Friends for Europe.
- Pohl, B. (2014). To what ends? Governmental interests and European Union (non-) intervention in Chad and the Democratic Republic of Congo. *Cooperation and Conflict*, 49(2), pp. 191–211. doi: 10.1177/0010836713482875
- Raik, Kristi., & Järvenpää, Pauli. (2017). *A new era of EU-NATO cooperation: how to make the best of a marriage of necessity*. Estonia: International Centre for Defence and Security.
- Reis, J. C. (2022, 18 de março). Da Invasão de Putin a Uma Revolução Estratégica. *IDN Brief*, 2-3.
- Ribeiro, S. (2011). *Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto de Estudos Académicos para Seniores.
- Ringsmose, J., & Rynning, S. (2017a). The NATO Response Force Bellwether of NATO's commitment to regional deterrence. *Contemporary Security Policy*, 38(3), 57–74.
- Ringsmose, J., & Rynning, S. (2017b). The NATO Response Force: A qualified failure no more? *Contemporary Security Policy*, 38(3), pp. 443–456. doi: 10.1080/13523260.2017.1350020
- Santos, L. A. B. & Lima, J. M. M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.^a ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serronha, M. P. (2011). Optimização das Sinergias Cívicas-Militares na Gestão de Crises. *Nação e Defesa*, 129(5), 129–143.
- Simón, L. (2019, 26 de novembro). *EU-NATO Cooperation in an Era of Great-Power Competition* [Página *online*]. Retirado de <https://www.gmfus.org/news/eu-nato-cooperation-era-great-power-competition>



- Sousa, F. (2015). O EU Battlegroup: a sua Conceptualização - Aplicação e Prospetiva. *Revista de Ciências Militares, III* (2), 505–534.
- Tardy, T. (2021). For a New NATO-EU Bargain. *Egmont Security Policy*, 138, 25–30.
- Tribunal de Contas Europeu. (2019). Documento de análise n.º 09/2019: Defesa Europeia. Retirado de https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/rew19_09/rew_eu-defence_pt.pdf
- União Europeia. (1992). Tratado da União Europeia (Versão Consolidada), Tratado de Maastricht. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C 325/5*.
- Williams, N. (2018). NATO-EU Cooperation: Don't Forget Berlin Plus!. European Leadership Network [Página *online*]. Retirado de <https://www.europeanleadershipnetwork.org/commentary/nato-eu-cooperation-dont-forget-berlin-plus/>
- Zartsdahl, P. H. (2018). Civil-military synergies in EU crisis response and peacebuilding: a framework for analysis. *Global Affairs*, 4(2–3), pp. 197–213. doi: 10.1080/23340460.2018.1532769



Apêndice A — Resumo da metodologia

Quadro 1 – Metodologia

Título		Mecanismo de Resposta Rápida da OTAN e da UE: Sinergias para uma melhor cooperação				
Domínio da investigação	Espaço	OTAN e UE				
	Conteúdo	Processo de Geração de Forças				
	Tempo	Desde o Conselho de Helsínquia de 1999, em que foram definidos princípios de cooperação entre OTAN e UE até 14 de abril de 2022				
Objetivo Geral		Propor contributos para a elaboração de um modelo de sinergias de MRRM para a OTAN e UE.				
Questão Central		Quais os contributos para um modelo de sinergias de MRRM entre a OTAN e a UE?				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados	Estrutura
OE1: Analisar a evolução dos MRRM da OTAN.	QD1: Quais as perspetivas futuras dos MRRM da OTAN?	<ul style="list-style-type: none">• Processo de geração de forças• Mecanismos de resposta rápida militar• Modelo de Sinergias	<ul style="list-style-type: none">• OTAN• UE	<ul style="list-style-type: none">➤ Processos de decisão➤ Missões ou tarefas➤ Estruturas de Comando e Controlo➤ Tipologia de forças	<ul style="list-style-type: none">• Análise documental• Entrevistas semiestruturadas	Cap 4.1
OE2: Analisar a evolução dos MRRM da UE.	QD2: Quais as perspetivas futuras dos MRRM da UE?					Cap 4.2

**Apêndice B — Identificação dos entrevistados****Quadro 2 - Situação nominal dos entrevistados**

Código	Tipo de Entrevista	Posto	Nome/Entidade	Função	Área de Expertise		Data	Observações
					OTAN	UE		
E1	Exploratória	COR	José Carlos Pinto Mimoso	<i>Action Officer for Concepts no European Union Military Staff (EUMS)</i>		✓	21Jan22	Via Online
E2	Exploratória	TCOR	Vítor Manuel Ferreira Lopes	Representante Militar em Bruxelas – Adjunto para a União Europeia (MILREP-UE)		✓	11Nov21	Via Online
E3	Exploratória	TCOR	Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso	Representante Militar em Bruxelas – Adjunto do Exército (MILREP -OTAN)	✓		12Jan22	Via Online
E4	Exploratória	TCOR	João Ricardo de Sousa Barbosa e Dias da Costa	Professor de Estratégia no Instituto Universitário Militar		✓	27Jan22	Via Online
E5	Exploratória	TCOR	Américo Filipe da Costa Pereira	<i>Operations Chief in European Union Training Mission in Somalia</i>		✓	24Nov21	Via Online
E6	Semiestruturada	MGEN	Hermínio Teodoro Maio	<i>Deputy Director/Chief of Staff do Military Planning and Conduct Capability in European Union Military Staff</i>	✓	✓	14Mar22	Via Online
E7	Semiestruturada	COR	Lars Schumann	<i>Head of Concepts Division in European Union Military Staff</i>	✓	✓	04Mar22	Via Online
E8	Semiestruturada	TCOR	Mikael Nordenson	<i>Action Officer for Operations Division in European Union Military Staff</i>	✓	✓	11Mar22	Via Online
E9	Semiestruturada	TCOR	Stéphane Ferran	<i>Action Officer for Joint Plans of Operations and Planning Branch, IMS OTAN</i>	✓	✓	04Abr22	Via E-mail
E10	Semiestruturada		Sven Biscop	<i>Associate Member of the Royal Academy for Overseas Sciences of Belgium, Professorial Fellow at the United Nations University in Bruges</i>		✓	14Abr22	Via Online
E11	Semiestruturada	TCOR	Andrew Roher	<i>Action Officer for Operations and Planning Branch, IMS OTAN</i>	✓		15Abr22	Não respondeu
E12	Semiestruturada		Thierry Tardy	<i>Director of the Research Division at the OTAN Defense College</i>	✓		Não respondeu	Não respondeu
E13	Semiestruturada		Benjamin Jensen	<i>Senior Fellow for future war, gaming, and strategy in the International Security Program at the Center for Strategic and International Studies (CSIS).</i>	✓	✓	Não respondeu	Não respondeu



Apêndice C — Guião de entrevista semiestruturada

PORTUGUESE MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE JOINT STAFF COURSE 21/22 INTERVIEW GUIDE

First of all, let me express my gratitude for your collaboration to develop a Research Paper.

I am Major Aguiar Cardoso, and in the context of the Joint Staff Course 21/22 in the Portuguese Military University Institute, I am in a process of collecting data for an Individual Research Paper, with the theme "OTAN and EU Rapid Response Mechanisms (MRRM): Synergies for a better cooperation."

The urgency of this Individual Research Paper is based on the possible synergies of MRRMs, to improve cooperation, cost reduction and consequently a synergy of efforts, and it arises simultaneously during the revision of OTAN and EU strategic concepts,

Given the diversity of forces that comprise the various MRRMs, and the fact that human resources are limited in the number of tasks, it is important to establish an OTAN and EU MRRM synergy model, using as indicators the decision-making processes, the missions, or tasks to perform, command and control structures and the typology of forces.

Being an entity with high responsibilities, I request that you answer the questions in this interview.

- 1. Given the current review of your organization's strategic concepts, what would you see as the main changes needed in the force generation process of military rapid response mechanisms?*
- 2. In your opinion, what are the main challenges and constraints of OTAN MRRMs?*
- 3. In your opinion, what are the main challenges and constraints of EUMRRMs?*
- 4. What do you think should be planned at the level of command-and-control relationships of OTAN and EU MRMMs for better cooperation?*
- 5. What do you think should be the main functions of the EUMS cell deployed at OTAN? What is the ideal organizational structure?*
- 6. In your opinion, the employment scenarios should be upgraded concerning real application MRRMs?*
- 7. In your opinion, what do you think should be revised from the BP agreements, since they are very much focused on replacing OTAN operations with EU operations?*



8. *Is there a strategy to create a multinational force package to harmonize and increase interoperability and the minimum requirements needed to be certified and designed?*
9. *In your opinion, what do assess that should be integrated into the catalog of Forces that the member states intend to build?*
10. *Having multiple employment scenarios for multiple contingencies, what are the challenges in having only one NRF available?*
11. *In your opinion, what is the added value of the NRI? What integration will it have with the NRF?*
12. *Do you think there should be several types of readiness for only one MRRM to be employed, whether OTAN or EU? If yes, to what extent?*
13. *In your opinion, what are the measures to increase the effectiveness of MRRMs?*
14. *What synergies should exist for better cooperation between OTAN and EU MRRMs?*
15. *Would you like to add something that was not mentioned earlier, being an asset to military rapid response mechanisms?*

Lisbon, (Date inserted)

Joint Staff Course 21-22

Rui Pedro Cardoso

OF-3



Apêndice D — Sinopse das entrevistas

Quadro 3 - Análise categorial das entrevistas

Pergunta / resposta	Temática/Súmula da Resposta
Q1	Processos de geração de forças
E6	“Penso que as dificuldades serão as mesmas que as da OTAN, apesar de na UE serem mais agravadas, dado existir um “single set of forces” dos Estados-membros, cumprindo missões estritamente nacionais, missões UE, da OTAN ou ainda das Nações Unidas, acrescentando o facto de os Estados-membros terem reduzido substancialmente as suas forças. No caso dos compromissos internacionais, as forças servem preferencialmente as missões de defesa coletiva e, portanto, a OTAN. Isto leva a problemas na geração de forças, mas nos EUBG a situação não se verifica na totalidade dado que existe um catálogo de forças com uma reduzida dimensão face aos MRRM da OTAN. O Catálogo de forças não é algo fixo, o que pode ser encarado de um ponto de vista flexível e não como uma limitação, dado que existem EUBG com mil e quinhentos militares e outros com três mil militares.
E7	“É necessário uma melhor visualização dos compromissos de cada Estado-membro, bem como da situação da capacidade que se dispõe. E se disponibilizarem uma atualização sobre a situação efetiva dessa força/capacidade seria mais eficaz. Existe uma base de dados sobre com as forças disponibilizadas de cada Estado-membro, com cenários de emprego específicos, mas não é atualizada...”
E8	“A UE necessita de ter uma lista com prioridades, em que exista um entendimento comum sobre quais são os verdadeiros desafios e ameaças, como tem a OTAN. Esta tem um discurso mais direto, dado ser uma organização vocacionada para a Defesa, enquanto a UE é uma instituição política que encontra obstáculos de dimensão militar. A dimensão política de cada país determina o processo de geração de forças, em que a vontade política determina o processo, composto por 3 fases, em que o Conselho autoriza o início do planeamento, posteriormente autoriza a opção estratégica de resposta militar e no final necessitamos da autorização do conselho para lançar a operação e basta apenas um Estado-membro não aprovar um passo e o processo não continua. E por isso é que a política interna de cada país é mais importante do que a política comum de segurança e defesa da UE.
E9	“Na minha opinião, existem mudanças que podem causar impacto operacional, nomeadamente o conceito de operações multi-domínio aliado ao domínio espacial e ciber espacial, que mesmo neste conceito estratégico da OTAN irão surgir algumas atualizações relativamente a esse espetro. Considero também que a “OTAN Warfare Development Agenda” é importante, por forma que os líderes dos Estados-membros se sincronizem com a visão da análise megatendências do SHAPE. Acrescento o jogo da guerra, que poderá trazer alterações no processo de geração de forças, juntamente com a transformação digital, podendo diminuir o “timing” do processo de aprovação e deliberação dos Estados-membros.
Q2	Desafios dos MRRM
E6	“Os Agrupamentos Táticos (EUBG) têm funcionado corretamente, mas têm existido algumas lacunas na participação dos Estados-membros, mais especificamente na ordem de batalha dos EUBG com algumas insistências das estruturas da UE para que os Estados-membros ofereçam forças dentro do “roster” acordado. Os EUBG, detêm um bom conceito e já têm alguns anos de prática, seguindo o modelo da NRF da OTAN, ainda que numa dimensão diferente, mas o seu emprego é muito difícil devido aos custos de emprego e sustentação pagos pelos Estados-membros. Um importante desafio está relacionado com a estrutura de comando, que faz parte do conceito da BEstr. Continuará a haver um conjunto de opções para o comando e controlo como existe atualmente, em que os acordos de BP a meu ver, devem ser mantidos para preservar uma cooperação que é necessária entre a OTAN e a UE, podendo existir também Quartéis Gerais nacionais que são perfeitamente capazes de comandar uma operação, como é o caso da Operação ATALANTA e da Operação IRINI. Outra opção é o futuro do MPCC, sendo citado como “Preferred HQ”, com um papel natural de futura cadeia de comando do RDC, tendo um caminho muito longo a percorrer. Tendo sido criado em 2017 encontra-se na Fase I da sua <i>Full Operational Capability</i> (FOC) para comando de todas as missões não executivas, decorrendo atualmente 4 <i>European Union Training Missions</i> (EUTM).



	<p>O MPCC constituiu o OHQ do Exercício INTEGRATED RESOLVE 20, interrompido por causa da situação pandémica COVID-19, terminando em abril de 2021 e tendo como objetivo o comando de uma “Initial Entry Force” de 4000 militares. Obtivemos boas respostas do MPCC, apesar de existirem lacunas em termos de pessoal, de infraestruturas adequadas e em termos de comunicações seguras para missões executivas. O INTEGRATED RESOLVE 20 teve como característica importante a capacidade de comando do MPCC, em que o seu “<i>battle rhythm</i>” foi influenciado pelo comando simultâneo de uma missão executiva de pequena dimensão em modo Exercício e de todas as missões não executivas na vida real. Penso que para se materializar o MPCC como <i>Preferred HQ</i> para a RDC tem de haver vontade dos Estados-membros. Vamos ver como a BEstr poderá englobar esta ambição, sendo materializada na Fase II Plus do plano de implementação, obrigando ao crescimento significativo do MPCC. Preparamo-nos atualmente para o MILEX22, em que o Force Headquarters será de Espanha e será um exercício de gestão de crises, envolvendo o Serviço Europeu de Ação Externa, os Representantes Militares do Comité Militar e as forças militares dos Estados-membros.”</p>
E7	<p>“Os Estados-membros não se disponibilizam a fornecer forças em elevado nível de prontidão, dado ser muito dispendioso e não serem empregues, portanto empregam remanescentes de forças com lacunas e com constantes mudanças no preenchimento da ordem de batalha do Agrupamento Tático.” “O principal problema é que não existe uma vontade política dos Estados-membros, empregando justificações de que não é a altura certa, não é o cenário correto, mas a razão certa é que não estão dispostos a pagar por isso, porque sabem que vão ter de pagar por tudo.” “Outra razão diz respeito à substituição do Agrupamento, não existem diretivas para isso e apenas estará no conceito europeu de resposta rápida. Com isto os Estados-membros ficam muito relutantes com o emprego das suas forças, porque não sabem quando vão ser substituídos, mantendo as suas forças no local por mais tempo e ficando mais dispendioso.”. “o terceiro ponto refere-se ao ambiente de emprego. Normalmente é em ambiente semi-permissivo e por vezes hostil. E sabemos que o poder político é muito resistente a projetarem forças em ambientes muito perigoso. Com isto a UE ainda está a aprender muito e a crise atual da Ucrânia será de aprendizagem neste sentido.” “Na minha ótica, existem problemas na certificação dos agrupamentos táticos, porque é da responsabilidade nacional a sua certificação e já aconteceu por mais do que uma vez, os Estados-membros declararem que estão em <i>Full Operational Capacity</i> e estarem apenas em modo sobrevivência...” “não existe uma composição específica do agrupamento tático, e cada um é diferente do outro, não tendo a estrutura necessária para lidar com as tarefas necessárias, tipo para controlar uma área, ser uma força de segue e assume, por isso é necessário uma estrutura tipo, sendo apenas genérica, traduzindo-se numa maior dificuldade de emprego do Agrupamento Tático”.</p>
E8	<p>“A dimensão do Agrupamento Tático está a ser revista em termos de quantidade e emprego, mas basta um Estado-membro não aprovar ou apresentar um caveat, a força toda não será projetada, e aliado a isto também temos a dimensão financeira, em que apesar de existirem fundos do EDF, existem custos associados que cada Estado-membro terá de despendar. Existem também Estados-membros que referem que têm duplicação de custos, tanto na preparação e treino das suas forças, como também em suportar os custos associados ao Agrupamento Tático.” “Com o RDC, o objetivo é um Agrupamento Tático estar num nível elevado de prontidão e o segundo estar também em prontidão, mas num nível mais baixo, e com isto conseguirmos atingir entre 6000 a 8000 militares disponíveis para serem empregues fora das fronteiras da UE,” “Para dentro da Europa temos o conceito de resposta rápida e uma base de dados de resposta rápida, em que rapidamente demonstra quais os tipos de meios que cada Nação tem disponível num determinado período de tempo, por forma a existirem unidades disponíveis e em prontidão. Após a decisão do Conselho entre 5 a 10 dias já existem militares no terreno. Se necessitarmos de aumentar a capacidade podemos utilizar novamente a base de dados.” “Existem problemas com a certificação, especialmente para países que não são da OTAN, como é o caso de Chipre que não pode utilizar os padrões da OTAN. Com isto o processo de certificação sendo nacional, é sempre um jogo de confiança. O problema na minha ótica vai para além da certificação, mas sim da interoperabilidade, existindo até problemas de diferentes idiomas no mesmo agrupamento tático. Por conseguinte leva a demonstração de que não existe uma standardização europeia.”</p>
E9	<p>“Existem a meu ver duas restrições e desafios que impedem o emprego dos MRRM, nomeadamente a disponibilidade de forças e capacidades, que penso estarmos a ver alterações neste domínio dada a invasão russa na Ucrânia. O conceito de “<i>Day-Zero Interoperability</i>” é altamente crítico, porque se as forças não tiverem o mesmo sistema de treino e processos, equipamento, armamento e comunicações interoperáveis não podem desempenhar operações conjuntas. Nem todos os países cumprem os requisitos operacionais definidos pela OTAN.”</p>



E10	“Independentemente da decisão tomada no conselho com os 27 Estados-membros, a decisão sobre emprego e projeção das unidades pertencentes aos países que integram esses Agrupamentos. Praticamente todos os custos envolvidos são suportados por esses países. E se existir um problema de desconflitualização real sobre quem se encontra em standby nunca irá ser empregue. E apesar disso, é temporário, pelo que não há acumulação de experiência e são demasiado pequenos para lidar com a crise mais grave. Com a BEstr a única alteração é a capacidade de mobilização rápida (RDC), supostamente baseia-se numa combinação daquilo a que chamam grupos de batalha substancialmente modificados e unidades nacionais pré-identificadas. Mas a única modificação dos grupos de combate será provavelmente o facto de ficarem em espera durante mais de meio ano. Sim? Como é que se chama isso? Substancial ou não? Deixo isso para si, mas por isso o meu sentimento está bem. Isto não fará uma grande diferença. Não funcionará porque o problema principal permanece. Têm um punhado de Estados-membros em standby e são esses que controlam as suas tropas e que decidem se devem ou não partir. Portanto, penso que se levarmos a sério, temos de investir em fundir as unidades nacionais previamente identificadas com as unidades em standby. Será muito complicado, mas o que precisamos é de um par de Estados-membros que estejam interessados em empregar unidades pré-identificadas a conduzirem operações expedicionárias. O ideal é que se agreguem as operações Expedicionárias e que estas brigadas não tenham de estar em standby, podendo até agregar unidades de escalão Brigada ao QG Europeu e nessa Brigada começar-se a desenvolver a harmonizar doutrina e equipamento, bem como desenvolver o que existem em falta noutros países, que é o apoio de combate e de apoio de serviços, como é o caso da nossa Brigada Belga. Concluindo não é construir uma Brigada com apoios dos Estados-membros, mas sim empregar uma Brigada de um Estado-membro com unidades necessárias de outros Estados-membros. “
Q3	Comando e Controlo
E6	“Sobre as opções de comando e controlo, nomeadamente em que o MPCC é escolhido como comando preferencial, iremos visualizar qual o nível de empenhamento e ambição aquando da aprovação da BEstr, em que posso referir que da 3ª para a 4ª revisão houve Estados-membros que apresentaram algumas reservas.”
E7	“A utilização das estruturas da OTAN para aplicar na UE devem ser analisadas, por exemplo o DSACEUR é o comandante na UE. E isto traz problemas para os estados-membros que não fazem parte da OTAN.” “Existem resistências americanas na criação de estruturas de C2 na UE.” “A estrutura de C2 deve ser criada de início, para ser mais credível, sendo um requisito de aborto quando ela não existe, o que acontece muitas vezes...” “O Eurocorps pode ser para isto, se for criado uma estrutura técnica de C2, porque até agora é apenas um quartel-general, sendo fornecido um pacote de C2 projetável, que temos vários aqui na UE.”
E10	“Podemos ir buscar o conceito do Eurocorpo. Porque quando o núcleo do euro foi criado, no início dos anos 90, foram-lhe atribuídas unidades. Havia uma Brigada Espanhola, uma Divisão Francesa e Alemã. Mas eram unidades blindadas da altura unidades blindadas pesadas na altura, e agora com missões de dissuasão não terão o mesmo efeito. Não sei o que fazem bem agora, mas poderão tornar-se no Core HQ para operações expedicionárias e empregar unidades mais ligeiras. Este conceito é completamente compatível com a VJTF da NRF, apesar de agora estarem a empregar unidades médias na fronteira oriental.”
Q5	Cenários de Emprego
E6	“Vamos ver qual a capacidade da RDC, em função dos seus diferentes cenários de emprego e da vontade dos Estados-membros.”
E7	“Existem vários cenários de emprego, estando interligados com as SOP, Doutrina e standardização”
E8	“Com a base de dados de resposta rápida existem os denominados de cenários ilustrativos para empregar os meios determinados previamente. Os cenários encontram-se subdivididos em 5 tipologias, de apoio, ajuda humanitária, catástrofe e evacuação. Por exemplo para apoio, ajuda humanitária e ajuda em



	caso de catástrofe é necessário 1 Batalhão de Infantaria, 2 Navios ou 14 Aeronaves. Com essa tipologia de cenários, cada Estado-membro após alocar cada força a cada cenário fica com um produto denominado de <i>Force Element List</i> .”
E9	“Dada a situação atual, estamos a atualizar todos os nossos cenários e penso que deveríamos englobar a dimensão da UE em alguns deles”
Q6	Acordos Berlim Plus
E6	“Devido à situação que se vive atualmente, a Operação ALTHEA colocou pela primeira vez em estado de prontidão a sua reserva estratégica para emprego na Bósnia Herzegovina. Considero que não é o “timing” indicado para se fazerem alterações. Como referido anteriormente os Acordos Berlim Plus devem ser mantidos, preservando uma cooperação que é necessária entre a OTAN e a UE ”.
E7	“Com esta crise na Ucrânia, não é apenas território OTAN, mas também território da UE, todas as fronteiras são da UE, os acordos devem ser revistos numa base de reforço de forças, mas também de cooperação
E8	“Deveria existir uma revisão dos acordos, especialmente depois do Brexit, em que não existe a possibilidade do DSACEUR ser o Cmdt da força da UE. Com isto primeiro a França e depois a Roménia demonstraram a sua intenção para serem a reserva estratégica, mas deveria ser mais clara a revisão dos acordos para uma melhor simplificação da participação dos Estados-membros.”
E9	“Penso ser ao contrário., mas definitivamente devem ser revistos. De acordo com os acordos de Berlim Plus, a UE utiliza as capacidades e meios da OTAN em caso de necessidade. Com a saída do Reino Unido por causa do Brexit, a UE precisa agora mais da OTAN do que anteriormente, especialmente porque os Estados-membros reduziram as suas capacidades, meios e equipamentos a nível individual, focando-se a nível conjunto.”
E10	“Penso que o que temos agora já não é realmente realista, e provavelmente nunca mais voltará a ser utilizado. A Líbia foi um caso interessante de que a campanha aérea onde foi lançada primeiro como uma coligação ad hoc e, mais tarde, foi utilizada a estrutura de comando da OTAN. Mas isto podia ter outro nome, como Paris Plus ou London Plus, dado que foram estes países que foram ter com os EUA. Penso que os acordos Berlim Plus não são mais realistas e não devem ser empregues no futuro. Podem rever este conceito de acordo com o HQ previamente identificado, em que o JFC de Nápoles seria o melhor neste caso para o cenário de emprego da UE, o sul da Europa. JFC Nápoles seria atribuído de uma forma permanente a CSDP.”
Q7	Requisitos operacionais de certificação
E6	No conceito da <i>Rapid Deployment Capacity</i> (RDC) aponta-se para os cinco mil militares, mas mesmo aí veremos quais as ambições da UE. Os últimos acontecimentos, nomeadamente da invasão russa na Ucrânia têm feito com que alguns Estados-membros estejam a repensar o seu nível da ambição na UE e na OTAN. Vamos ver qual a capacidade da RDC, em função dos seus diferentes cenários de emprego e da vontade dos Estados-membros. Na situação em que os Estados-membros da UE integram também a OTAN, o aprontamento e certificação dos EUBG utiliza os mesmos procedimentos da OTAN. Apesar de existir uma base de dados, não existe uma definição clara da disponibilidade do equipamento das forças, do seu treino e certificação. Existem países que têm contribuído com forças para o EUBG, mas não são membros da OTAN. Por exemplo a Áustria integrou um EUBG que era liderado pela Alemanha, utilizando os mesmos mecanismos de aprontamento, treino e certificação na OTAN.”
E7	“A certificação é sempre nacional, não existindo uma estrutura de certificação na UE, mas que pode usar a standardização dos padrões da OTAN.”
E8	“A estratégia está vertida apenas no conceito de resposta rápida e com a sua lista de meios de resposta rápida, sendo finalizada como <i>Force Elements List</i> . Existem muitas dúvidas do que a UE deverá ter e como deverá empregar os seus meios.”
Q8	Catálogo de Forças



E6	“O RDC deve ter capacidade para “ <i>standalone operations</i> ”, por si só cumprir uma determinada missão, em que os <i>enablers</i> são importantes e estruturas de apoio pré-definidas. Ao avançar com este conceito de RDC vai decorrer um incremento de uma série de estruturas que a UE não tem, e vamos ver qual a pretensão de todos os Estados-membros. Isto implica treino e certificação, muito importante para a elaboração do catálogo de forças. De facto, tanto nos EUBG como os da OTAN os standards são idênticos, basta pensar em Portugal, que as forças que disponibiliza para a OTAN ou para a UE têm standards idênticos, tendo o mesmo processo de treino e certificação, sendo uma boa base de partida. Após isso é importante os procedimentos em termos de <i>readiness, force integration</i> das nações para a constituição da força e considero extremamente importante a comunicação estratégica.”
E7	“Não existe nenhum catálogo de forças, e o conceito EURDC pretende contribuir para isso.”
E8	“Apenas existe a Lista de meios de resposta rápida dos Estados-membros, não sendo uma participação fixa, estando interligada aos diferentes cenários de emprego da EU.”
E9	“Considero necessário implementar melhorias no catálogo de forças, nomeadamente a uma melhor definição nacional e podendo estar alinhada com os níveis de prontidão.”
Q09	Tendo vários cenários de emprego para múltiplas contingências, quais os desafios em ter apenas 1 MRRM disponível?
E7	“Primeiro é preciso ter o mecanismo completo, em que a sua substituição também esteja planeada e corretamente preparada, para depois se poder começar a pensar em aumentar. Com a implementação do RDC, irão existir melhorias.”
E9	“Estamos a equacionar o mesmo MRRM poder ser ajustado de acordo com a adaptação de diversos cenários.”
Q10	Na sua opinião, o que deveria ser executado para incrementar a eficácia dos MRRM?
E6	“Ao nível do RDC existe uma vertente muito importante que deve ser englobada neste conceito de sinergias, que é o <i>Advanced Planning</i> , em que tudo o que for aprovado anteriormente favorece o processo de decisão. Este processo levanta reservas na sua eficácia e eficiência, nomeadamente na fase de <i>Force Sensing</i> , em que os Estados-membros conseguem dar uma ideia daquilo que disponibilizam com antecedência, não sendo favorável no meu ponto de vista ao planeamento militar. O processo deve ser concorrente na fase do planeamento militar normal, em que há uma missão atribuída pelo poder político e é preciso constituir a força por forma a planear o seu emprego de acordo com o CJSOR definido para o seu emprego.”
E7	“Existir uma vontade política para o seu empenhamento. Talvez com esta situação da Ucrânia isso possa acontecer.”
E8	“Sincronizar a política interna de cada Estado-membro, bem como os seus padrões de standardização, por forma a potenciar a interoperabilidade entre as diversas forças.”
E9	“Um dos desafios mais complexos consiste no refinamento dos requisitos de prontidão, em que para isso foi implementada a NRI, por forma a garantir a prontidão das forças dos Estados-membros, bem como a sua total interoperabilidade, cumprindo os STANAGs necessários e integrar o mecanismo FMN.”
Q11	Sinergias MRRM OTAU-UE
E6	“A relação que existe entre a OTAN e a UE ainda é muito superficial, existindo apenas reuniões institucionais, estando mais implícita através da Operação ALTHEA, utilizando os Acordos Berlim Plus. Não podemos falar em sinergias, mas sim em complementaridades, porque existem missões complementares de emprego entre os EUBG e a NRF assim como as Operações e Missões da UE.



	<p>O exemplo do Eurocorpo é um exemplo interessante quando falamos de sinergias. Sendo um <i>Headquarters</i> de nível Corpo, que está disponibilizado para a UE e/ou para a OTAN, está neste momento disponibilizado para a UE, tendo assumido o comando e fornecido o núcleo base da EUTM-MALI, assim como da EUTM RCA. Portanto o Eurocorpo disponibilizou as suas capacidades durante um ano para projetar os núcleos essenciais das Missões da UE no Mali e na UE. Após a contribuição para a EUTM RCA o Eurocorpo entrará na fase de aprontamento e prontidão para a NRF da OTAN. Vejo o Eurocorpo como um possível modelo. Mas o problema é que o Eurocorpo não é uma Força UE, sendo sim de um conjunto de nações que têm o poder de decisão quanto à organização, à disponibilidade e à designação de missões. É um clube de nações, não existindo um compromisso de disponibilidade permanente para a UE, sendo empregue pelas nações da UE que o integram- E por último não há duplicações nem competição com a OTAN.”</p>
E7	<p>“Não existem sinergias a neste nível com a OTAN, enquanto existirem Estados-membros que não fazem parte da OTAN e basta não aprovarem uma medida e todo o processo não continua.” “Não é possível pedir por exemplo, ao <i>Joint Warfare Centre</i> para organizar um exercício para a UE, mas estamos a trabalhar para que a certificação na OTAN possa corresponder aos moldes da certificação da UE.” “é importante que se criem standardizações técnicas para a EU, podendo replicar as da OTAN”. O princípio do “<i>single set of forces</i>” da OTAN, equipando, treinando a força como um todo e depois quando essa força é aplicada numa operação da EU tudo muda, não apenas numa perspetiva técnica, mas em toda as suas dimensões. É só preciso isso ser aplicado na EU, o problema é que existem países que não estão credenciados para manusearem documentos OTAN.”</p> <p>As sinergias são muito importantes dado que 21 Estados-membros são membros OTAN e EU, de forma que garantem o mesmo “single set of forces” para ambas as organizações, podendo criar sinergias especialmente na preparação (treino, exercícios, formação) e na condução de tarefas, apoio de serviços e comando e controlo. Posto isto terá de ser ultrapassado o maior obstáculo, que considero ser a partilha de informação classificada, que enquanto isto não estiver resolvido, as sinergias eficazes não irão existir.”</p>
E8	<p>“Existem sinergias dado a existirem 22 Estados-membros que fazem parte da OTAN, existe a possibilidade de os Agrupamentos Táticos poderem ser projetados como uma força que interligue outros mecanismos de resposta rápida, das Nações Unidas ou da própria OTAN. Dado ser uma força de dimensão reduzida, com 1500 militares ou até 5000, a força poderá ser <i>Initial Entry Force</i> ou uma Força de Ligação. Por exemplo neste conflito atual, da invasão russa na Ucrânia, poderá ser empregue para controlo de fronteiras ou apoiar na evacuação de elementos da UE, pouco mais conseguirá fazer com uma força tão reduzida.” “O treino poderá ter sinergias, se existir apenas um quadro de standardização, independentemente se for a nível nacional, OTAN ou UE, o treino deve ter sempre os mesmos standards, e isso permite aumentar a interoperabilidade entre Nações. Penso que muitos observadores não vêm esta realidade.” “Existem também exercícios de coordenação entre a OTAN e EU, para sincronizarem os seus objetivos de acordo com os diferentes cenários. Para o militar e o Batalhão é todo igual, sendo apenas diferente ao nível de estado maior. Para isso vamos ter o Exercício de Gestão de Crises, para se poder atempar quais as necessidades dos diferentes Estados-membros, quais os seus interesses em a organização, que por vezes tem diferentes <i>caveats</i> em diferentes organizações.”</p>
E9	<p>“Para a criação efetiva de sinergias, não deverão existir duplicações de esforços nem ultrapassagem de tarefas ou atividades, nomeadamente evitar a duplicação as tarefas Petersberg. Para isso são necessárias coordenações prévias, uma cooperação mais eficaz e eficiente, podendo começar pelo aumento da importância que a UE dá ao mecanismo da NRF e estar alinhada e proceder a um alinhamento de todo o processo, visto o da OTAN estar simples, inclusivo e eficaz.”</p>
E10	<p>“Com o princípio do <i>single set of forces</i> é importante que existam mecanismos de sinergias, para que países mais pequenos consigam recuperar o seu equilíbrio no emprego de forças porque vêm isto como um jogo de soma zero, podendo até existir uma divisão no emprego das duas instituições, podendo a OTAN ter a liderança nas crises que surjam a este da fronteira europeia e a EU ter a liderança em problemas que surjam a sul da fronteira europeia, podendo funcionar numa relação de apoio-apoiada. Isto pode funcionar como tu dizes, na interligação dos mecanismos de geração de forças e no processo de certificação. Penso que deve existir algo para ancorar os processos e as forças, deixando a questão da “bandeira” totalmente em aberto, podendo até ser uma coligação de vontades dos países.”</p>